

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

DALMIR REIS FREITAS

**O NEOLIBERALISMO NO BRASIL: O DEBATE EM TORNO DE SUA
EXPRESSÃO NOS GOVERNOS COLLOR, FHC E LULA**

VITÓRIA DA CONQUISTA — BA
2013

DALMIR REIS FREITAS

**O NEOLIBERALISMO NO BRASIL: O DEBATE EM TORNO DE SUA
EXPRESSÃO NOS GOVERNOS COLLOR, FHC E LULA**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

ORIENTADORA: ANDREA BRAZ DA COSTA

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

F936n Freitas, Dalmir Reis.
O neoliberalismo no Brasil: o debate em torno de sua expressão nos governos Collor, FHC e Lula / Dalmir Reis Freitas, 2013.
67f.: il.: Color.
Orientador (a): Andrea Braz da Costa.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2013.
Referências: f.63-66.
1. Neoliberalismo – Brasil. 2. Melo, Fernando Collor – Política e governo. 3. Cardoso, Fernando Henrique – Política e governo. 4. Silva, Luis Inácio Lula da – Política e governo. I. Costa, Andrea Braz da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III.T.

CDD: 320.981

Elinei Carvalho Santana – CRB-5/1026
Bibliotecária - UESB – Campus de Vitória da Conquista-BA

DALMIR REIS FREITAS

**O NEOLIBERALISMO NO BRASIL: O DEBATE EM TORNO DE SUA
EXPRESSÃO NOS GOVERNOS COLLOR, FHC E LULA**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Nome do professor
Orientador (a)

Nome do professor
Examinador (a)

Nome do professor
Examinador (a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me abençoar no cumprimento desta etapa importante e decisiva da graduação. Em seguida, agradeço minha família pela confiança depositada em mim ao longo do processo de elaboração da monografia. Também agradeço à professora Andrea, que através de suas orientações, contribuiu significativamente para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço imensamente a minha namorada Alânia, que tanto me motivou ao longo da monografia. Infelizmente, ela já não está entre nós, mas o amor que tenho por ela vai durar até o resto de meus dias. Enfim, agradeço a todas as pessoas que me apoiaram e acreditaram em mim no decorrer desta etapa enriquecedora de minha vida.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo tratar sobre as práticas neoliberais adotadas no Brasil nos governos de Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Inicialmente foi feito um breve histórico do pensamento liberal, com ênfase para a Escola Clássica. Após isto, a doutrina neoliberal é evidenciada, buscando suas origens e seus pressupostos; sua influência em diversas economias do mundo também é evidenciada, sobretudo, sua aplicação a partir da década de 1980. Após esta explanação, o foco do trabalho recai sobre a experiência neoliberal no Brasil, que é o objeto de atenção da presente monografia. Através de argumentos de autores que se dedicam a discussão, objeto da pesquisa, apresenta-se o debate sobre as formas de aplicação do neoliberalismo em cada um dos governos tratados. Através da pesquisa observou-se que após um período de força das ideias neoliberais na nação brasileira na década de 1990, (sobretudo no governo FHC), seu ímpeto diminui, principalmente no segundo mandato do presidente Lula.

Palavras-chave: neoliberalismo no Brasil, experiência neoliberal, governo Collor, governo FHC, governo Lula.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO 1 A TEORIA ECONÔMICA LIBERAL E O NEOLIBERALISMO.....	10
1.1 A Escola Clássica.....	10
1.2 Origens do neoliberalismo.....	14
1.3 Hayek e o pensamento neoliberal.....	20
1.4 Neoliberalismo: Outras considerações.....	24
CAPÍTULO 2 APLICAÇÕES DO NEOLIBERALISMO PELO MUNDO.....	27
2.1 Breve histórico da doutrina neoliberal.....	27
2.2 O neoliberalismo a partir da década de 1980.....	31
2.3 Experiência neoliberal na Inglaterra e nos Estados Unidos: governos Thatcher e Reagan.....	33
2.4 Experiências neoliberais na América Latina.....	35
CAPÍTULO 3 O NEOLIBERALISMO E SUA INFLUÊNCIA NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.....	41
3.1 Início do neoliberalismo no Brasil.....	41
3.2 Experiência neoliberal no governo Collor.....	47
3.3 O neoliberalismo no governo FHC.....	49
3.4 O governo Lula: (2003-2006)	53
3.5 Segundo mandato de Lula (2007-2010)	56
3.6 Uma breve análise do debate sobre o neoliberalismo no Brasil.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo é uma doutrina econômica que exerceu influência significativa nas ações econômicas de diversos países a partir da segunda metade do século XX. Por conta de sua representatividade no cenário econômico internacional e das discussões a respeito de seus efeitos para as economias, este tema é alvo de muitos estudos no âmbito econômico.

Seu receituário foi aplicado em diversas economias do mundo, desde aquelas de pouca expressão, até as potências econômicas, como nos casos de Estados Unidos e Inglaterra. As medidas econômicas com base neoliberal variam de país para país, com diferentes níveis de aplicação entre os países.

Sua teoria é resultado de contribuições de diversas correntes de pensamento que vão desde a escola clássica, no século XVIII, até as correntes presentes no século XX, como a neoclássica e monetarista. Com relação às ideias clássicas algumas considerações devem ser feitas.

As ideias liberais tiveram bastante presença no pensamento econômico ao longo dos séculos. Um marco para o pensamento liberal foi a obra “A Riqueza das Nações” do escocês, Adam Smith no ano de 1776, que é considerada o ponto de partida da escola clássica.

A escola clássica, através de figuras como Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill, dentre outros teóricos, ajudou a fortalecer o pensamento liberal, que, dentre seus princípios, o de maior destaque é a defesa da liberdade de mercado, com a mínima interferência do governo na economia.

Com o decorrer do tempo, outros pensadores, influenciados pelos teóricos da escola clássica, em outro contexto histórico, também evidenciaram a defesa da liberdade de mercado. Neste sentido, uma escola de pensamento que se destacou foi a escola austríaca. Tendo seu auge no século XX, esta escola de pensamento apresenta como suas principais figuras, Carl Menger, Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek, dentre outros pensadores que ajudaram a disseminar as ideias desta corrente de pensamento.

Outra escola de pensamento que obteve destaque no século XX foi a escola de Chicago, tendo como uma de suas principais figuras, o pensador Milton Friedman. Esta escola também evidenciava a liberdade de mercado, sendo contra um dos principais pressupostos do keynesianismo: a forte intervenção estatal na economia.

Diante do contexto histórico e das novas ideias de cunho liberal defendidas por estes teóricos, eles influenciaram o pensamento neoliberal, que marcou as ações econômicas em diversos países, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Surgida em meio a um cenário de tensão mundial, que tinha como uma de suas preocupações a existência de regimes totalitários, o neoliberalismo desponta como um modelo defendido a partir de diversas contribuições.

Entre seus principais argumentos, está o conceito de liberdade econômica do indivíduo, no qual o governo se limitaria a oferecer as condições para o desenvolvimento das ações propostas pelos neoliberais. Um Estado que não interferisse diretamente na economia, sendo a competição fator mais eficiente nas questões econômicas, era uma das bandeiras do neoliberalismo.

Porém, um aspecto também presente neste debate, se refere aos efeitos negativos que o neoliberalismo ocasiona. Neste sentido, os aspectos relacionados às condições sociais de boa parte das populações pioraram muito, sendo um “mal necessário” de acordo com os proponentes do neoliberalismo.

Por conta de sua representatividade para o pensamento econômico, é interessante analisar melhor o neoliberalismo e sua aplicação nas economias dos países que colocaram em prática suas recomendações.

Estudar de forma mais aprofundada suas recomendações mostra-se bastante relevante, pois a análise simplista pode ocasionar distorções a respeito dos reais pressupostos defendidos pelos defensores desta doutrina econômica.

Buscando a essência das ideias neoliberais, sobretudo as ideias em voga no século XX, através de algumas correntes de pensamento (escola austríaca, de Chicago), as propostas dos principais autores será analisada.

Desta forma, almeja-se entender os objetivos propostos por estes autores, e também fazer uma associação dos argumentos destes pensadores com as medidas aplicadas em diversos países.

Diante do exposto, tem-se o problema de pesquisa deste trabalho: qual o debate existente quanto às formas de expressão do neoliberalismo no Brasil, nos governos Collor, FHC e Lula?

A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, realizada através de pesquisa sobre as obras dos principais autores e também de textos auxiliares. Busca-se entender inicialmente o pensamento neoliberal e apontar as contribuições destes dentro do pensamento econômico.

Para responder a problemática proposta a monografia está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo são apresentadas as abordagens sobre as principais escolas que trataram o liberalismo e o neoliberalismo. Após esta análise, no capítulo 2 são destacadas as ações implementadas em diversos países com base neste, e por fim, no capítulo 3, o trabalho centra sua atenção no caso brasileiro (nos governos Collor, FHC e Lula). Através do debate sobre as práticas neoliberais adotadas nestes governos têm-se uma noção das formas de aplicação da doutrina econômica neoliberal na sociedade brasileira neste período.

CAPÍTULO 1 A TEORIA ECONÔMICA LIBERAL E O NEOLIBERALISMO

Este capítulo objetiva apresentar um histórico do pensamento liberal do século XVIII e do pensamento neoliberal do século XX. Inicialmente, será feita uma revisão sobre princípios da escola clássica, dando enfoque ao aspecto da liberdade de mercado.

Estudar a escola clássica revela-se importante, pois, conceitos referentes à liberdade econômica são fortalecidos por esta escola de pensamento. Apesar das ideias neoliberais apresentarem diferenças, tanto em suas teorias, quanto no seu contexto histórico, a escola clássica ajudou a firmar a defesa da mínima interferência do Estado nas economias.

Com relação ao neoliberalismo, será dada uma atenção às escolas de pensamento que influenciaram na construção de seus princípios, e também aos conceitos defendidos por esta doutrina econômica surgida no século XX.

1.1 A Escola Clássica

Questões referentes ao grau de participação do governo e do mercado na economia sempre foram alvo de muitas discussões ao longo dos anos. Este é um tema que ainda gera muitos debates, diante das diferentes linhas de pensamento que existem. Um ponto relevante acerca deste assunto é que os questionamentos acerca do grau de importância de cada um dentro de determinada economia, sofrem interferência de acordo com o contexto histórico e a realidade da economia em questão.

Muitos teóricos¹ defendem uma forte presença do governo na economia, ampliando sua participação além dos limites de questões básicas, como segurança, defesa da propriedade privada e outras atribuições essenciais. Uma corrente de pensamento que se destacou neste sentido foi o keynesianismo, que ganhou força diante da crise de 1929 e suas sérias consequências para boa parte dos países do mundo. Esta crise abalou o sistema capitalista na primeira metade do século XX, enfraquecendo as ideias liberais e evidenciando a discussão acerca do grau de participação do governo na economia.

¹ Neste sentido, pode-se destacar John Maynard Keynes, fundador do Keynesianismo, figura que atingiu grande notoriedade na década de 1930, por conta de suas ideias favoráveis a uma forte presença do governo nas ações econômicas.

Outros pensadores² defendem uma reduzida participação do Estado na economia, alegando que as forças de mercado conduziriam, de forma mais eficiente, a economia de determinada nação. Uma escola de pensamento que se destacou na discussão sobre a liberdade de mercado foi a escola clássica. Surgida no século XVIII, esta escola marcou o pensamento econômico, e é lembrada até os dias atuais.

No que se refere aos conceitos de cunho liberal desenvolvidas ao longo deste período da história, alguns aspectos são ressaltados pelo teórico Milton Friedman, que destaca o seguinte: “ao desenvolver-se em fins do século XVIII e princípios do século XIX, o movimento intelectual que tomou o nome de liberalismo enfatizava a liberdade como objetivo último e o indivíduo como entidade principal da sociedade” (FRIEDMAN, 1988, p. 14). Tendo Adam Smith como seu nome mais conhecido, esta escola marcou o pensamento econômico a partir do século XVIII. De acordo com Brue (2005, p. 48) “suas bases são liberdade pessoal, propriedade privada, iniciativa individual, empresa privada e interferência mínima do governo.”

Esta escola de pensamento apresentava ideias que em muitos aspectos divergiam do pensamento que era proposto anteriormente. Diante de seus argumentos e contraposições as correntes de pensamento anteriores³, esta escola geralmente é definida como liberal. Com relação ao aspecto da concorrência para os clássicos, Sandroni (1999, p.212) enfatiza: “[...] a escola clássica baseou-se nos preceitos filosóficos do liberalismo e do individualismo e firmou os princípios da livre-concorrência, que exerceram decisiva influência no pensamento revolucionário burguês.”

Além de Adam Smith, outros pensadores desta escola de pensamento tiveram destaque no cenário econômico. Neste sentido, outros nomes importantes desta escola são: Jean Baptiste Say, Thomas Robert Malthus, David Ricardo, John Stuart Mill. Estes pensadores mencionados foram de grande importância, com suas teorias atingindo muita respeitabilidade, o que ajudou a fortalecer e disseminar os conceitos apresentados pela escola clássica de economia.

Adam Smith é membro de destaque da escola clássica por conta de suas contribuições no âmbito econômico. Escrevendo no século XVIII, suas ideias estavam à frente de seu tempo. Com relação a este teórico e sua importância para o liberalismo, Moraes (2001, p. 5) afirma: “a pedra fundamental do liberalismo costuma ser identificada com Adam Smith, mais

² Pode-se destacar os teóricos da escola clássica e de outras correntes, como a escola austríaca e de Chicago.

³ Smith criticava principalmente as práticas feudais e mercantis que o antecederam.

especialmente com a publicação de *A riqueza das nações*, em 1776 — com certeza um dos livros mais reeditados e citados dos tempos modernos.”

Ao longo da principal obra de Smith, várias ideias são apresentadas, versando sobre diferentes assuntos. Esta importante obra no âmbito econômico é fato marcante na história do pensamento liberal. Na apresentação deste livro de Smith, o pesquisador Winston Fritsch mostra algumas ideias defendidas por este teórico, como a defesa da ordem natural e, sobretudo, da liberdade de mercado:

É da conjugação dessas influências filosóficas e metodológicas que emergem duas concepções pioneiras e revolucionárias contidas em *A Riqueza das Nações*. A primeira é a análise dos fenômenos econômicos como manifestações de uma ordem natural a eles subjacente, governada por leis objetivas e inteligíveis através de um sistema coordenado de relações causais.

[...]A segunda é a doutrina segundo a qual essa ordem natural requer, para sua operação eficiente, a maior liberdade individual possível na esfera das relações econômicas, doutrina cujos fundamentos racionais são derivados de seu sistema teórico, já que o interesse individual é visto por ele como a motivação fundamental da divisão social do trabalho e da acumulação de capital, causas últimas do crescimento do bem-estar coletivo. (FRITSCH, 1996, p.15)

Como evidenciado, Adam Smith destacava a defesa da ordem natural e da liberdade individual nas relações econômicas como meio mais eficaz para um melhor desenvolvimento das economias das nações. Com relação à liberdade de mercado para Smith, Esping-Andersen (1991) menciona este aspecto do pensamento deste teórico:

Para Adam Smith, o mercado era o meio superior para a abolição das classes, da desigualdade e do privilégio. Além de um mínimo necessário, a intervenção do Estado só asfixiaria o processo igualizador do comércio competitivo e criaria monopólios, protecionismo e ineficiência: o Estado sustenta a classe; o mercado tem a potencialidade de destruir a sociedade de classes (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 85-86)

A defesa da liberdade de mercado, e do uso da divisão do trabalho como requisito fundamental para o aumento da produtividade, são algumas das contribuições deste teórico para o campo econômico. Com relação à divisão do trabalho⁴, este foi um aspecto de grande importância para o desenvolvimento das economias, pois a divisão permitiu ganhos de

⁴ Em sua obra “*A Riqueza das Nações*” Smith (1996) apresenta os motivos que geram os ganhos de produtividade provenientes da divisão do trabalho: maior destreza do trabalhador ao realizar a atividade de forma dividida; poupança de tempo na atividade que gera ganhos de produtividade; invenção de máquinas que reduzem o contingente de trabalhadores para realizar determinadas atividades.

produtividade expressivos, contribuindo de forma importante para o fortalecimento do capitalismo.

Como evidenciado, um aspecto presente no pensamento de Smith reside no individualismo nas relações econômicas. Este teórico aponta que os atos individuais dos seres humanos conduziram de uma melhor forma a sociedade. Este aspecto, também conhecido como comportamento econômico de auto interesse, é evidenciado em sua conhecida frase: “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse”. (SMITH, 1996, p. 74)

Como observado, a defesa de uma sociedade no qual o governo interfira o mínimo possível é um dos aspectos presentes na obra de Smith. Para este teórico a sociedade deveria funcionar sob a ordem natural das coisas, para um melhor desenvolvimento desta. Smith destaca:

[...] uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. O soberano fica totalmente desonerado de um dever que, se ele tentar cumprir, sempre o deverá expor a inúmeras decepções e para essa obrigação não haveria jamais sabedoria ou conhecimento humano que bastassem: a obrigação de superintender a atividade das pessoas particulares e de orientá-las para as ocupações mais condizentes com o interesse da sociedade. (SMITH, 1996, p.169-170)

Observa-se assim, que o governo deveria ater-se a atribuições essenciais, não interferindo na liberdade dos indivíduos, pois para Smith a ordem natural era o meio mais eficaz para a convivência dos indivíduos de uma sociedade. Para reforçar o pensamento dos clássicos e, mais precisamente as ideias de Adam Smith, Teixeira (1998) apresenta os benefícios da liberdade econômica para a sociedade na concepção desta corrente de pensamento:

Assim, se a cada indivíduo for garantida a liberdade de agir por conta própria, e o Estado não interferir na economia, cada país poderá atingir o pleno desenvolvimento econômico e com ele o bem-estar geral da sociedade. (TEIXEIRA, 1998, p.8)

Como se observa, para esta escola de pensamento, as forças de mercado conduziram de forma mais eficiente as economias. Desta forma, o governo deveria se ater a atribuições de

caráter essencial. Alguns aspetos da escola clássica foram evidenciados como: defesa da ordem natural, importância do interesse individual, defesa da liberdade de mercado. Estes aspectos, para os clássicos trariam como consequências fatores como: crescimento do bem-estar coletivo e maior desenvolvimento econômico para as nações. A escola clássica marcou o pensamento econômico e suas teorias serviram de base para muitas correntes de pensamento posteriores. Muitos dos seus princípios são discutidos até os dias atuais, o que mostra que a essência do pensamento liberal é fortemente apoiada nas ideias desenvolvidas nesta escola de pensamento.

1.2 Origens do Neoliberalismo

Sob um novo contexto histórico, o culto ao mercado, à liberdade individual reapareceu no século XX, com a denominação de neoliberalismo. A sua origem é evidenciada por Augustin (2011),

O termo neoliberalismo foi criado em 1938 pelo sociólogo e economista alemão Alexander Rüstow, durante o Colóquio Walter Lippmann, que reuniu intelectuais liberais de diversos países, buscando respostas para a crescente influência das ideias socialistas e fascistas na Europa. (AUGUSTIN,2011, p. 2)

Apesar das novas ideias desta doutrina econômica, ela teve diversas influências, inclusive de pensadores que remontam à séculos anteriores. Uma destas, na concepção de Carcanholo (1997) remonta ao século XVIII, com o utilitarismo inglês. O conceito de liberdade existente em concepções anteriores influenciaram o neoliberalismo. Nas palavras de Carcanholo (1997, p. 202), “a justificativa econômica da soberania do indivíduo, propugnada pelo utilitarismo, só foi consolidada com a economia clássica do século passado e os utilitaristas deste século.”

Com relação aos clássicos, eles influenciaram nas ideias do movimento neoliberal. Dentre os principais teóricos da escola clássica, encontra-se Adam Smith, que, como evidenciado anteriormente, possui como obra marcante o livro “A Riqueza das Nações” do ano de 1776.

Observa-se que os princípios defendidos por Smith e por outros autores da escola clássica foram de grande contribuição para o desenvolvimento da doutrina econômica neoliberal.

Porém, alguns aspectos ressaltados pelos clássicos divergiam dos neoliberais como a visão do Estado. Os neoliberais, apesar de defenderem um papel mínimo do Estado na economia, reconheciam a importância deste para a criação de leis e instituições para o desenvolvimento do mercado. Muitos economistas deste movimento absorveram alguns dos pressupostos clássicos, porém, em outro contexto histórico, no qual os fatos ocorridos durante o século XX também influenciaram no desenvolvimento dos argumentos e propostas dos autores neoliberais.

Como se observa, a defesa do individualismo nas relações econômicas serviu de influência para correntes de pensamento posteriores aos clássicos, como evidenciado anteriormente.

Todavia, não se deve confundir os princípios dos neoliberais com a ausência de Estado. Este é um elemento importante, como por exemplo, para questões essenciais⁵, e também na criação de uma estrutura que ajude na manutenção da concorrência. Apesar do pensamento liberal de séculos anteriores exercer influência sobre esta doutrina, a teoria presente no neoliberalismo tem como base importante as teorias neoclássicas e monetaristas. De acordo com Mello Filho:

Difere do liberalismo clássico de autores como Smith e Ricardo por ter sua base teórica ligada às teorias neoclássica e monetarista da segunda metade do século XX e por criticarem algumas experiências de crescimento e desenvolvimento do século XX, tanto socialistas quanto keynesianas. (MELLO FILHO, 2011, p. 175)

Observa-se que o neoliberalismo surge em um novo contexto histórico, o que contribui para que sua base teórica se ampare também em outras correntes de pensamento.

Com relação ao início deste movimento, Anderson (1995) apresenta que o neoliberalismo surgiu logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde predominava o capitalismo. Um de seus pressupostos era a crítica contra o Estado intervencionista e de bem-estar.

⁵ Algumas atribuições podem ser mencionadas como: garantia dos contratos, segurança nacional, defesa da lei e da ordem, dentre outros aspectos que devem ter o provimento do Estado.

O neoliberalismo é caracterizado pelas ideias baseadas, dentre outras coisas, na defesa de um Estado com uma participação limitada na economia, no qual a competição é dada pelas forças de mercado.

Com relação às escolas de pensamento que serviram de base para a doutrina neoliberal, Moraes (2001) evidencia que estas são: a escola Austríaca, a escola de Chicago, e a escola de Virgínia. Muitas das ideias desenvolvidas por teóricos destas escolas ajudaram na formação do pensamento neoliberal. No que se refere à primeira escola mencionada, um teórico que influenciou esta corrente de pensamento foi o Austríaco Ludwig Von Mises. Porém, Moraes destaca que “[...] é um discípulo dele, o também austríaco Friedrich Hayek, que terá o papel de líder e patrono de sua causa.” (MORAES, 2001, p.13)

A Escola Austríaca alcançou grande destaque no pensamento econômico no decorrer do século XX. Tendo Carl Menger como fundador, esta escola evidencia diversas questões, tendo como uma de suas principais defesas, a liberdade de mercado.

Esta escola defendia que o governo tivesse uma participação reduzida dentro da economia de um país, a não ser para questões essenciais, como, por exemplo, a defesa da propriedade privada, a garantia dos contratos, dentre outras atribuições de caráter essencial.

Um pensador de grande importância para o advento das ideias da escola austríaca foi Carl Menger. De acordo com Hunt (1981, p. 486) “a escola austríaca é descendente direta de Carl Menger. O individualismo metodológico⁶ extremado de Menger é a base filosófica social da escola austríaca”. Como salientado, Menger inaugura o pensamento da escola austríaca, que é caracterizado, dentre outras coisas, pela análise subjetiva do indivíduo. De acordo com Feijó (2001):

Menger inaugurou uma tradição dentro da economia que se tornou conhecida como escola austríaca. Ao longo de seis gerações de economistas, os adeptos desta escola procuraram uma via própria de pensamento distinta da ortodoxia econômica, embora interagindo com ela e compartilhando pontos teóricos e conceituais. O que particulariza a tradição austríaca é a ênfase que dá ao estudo dos processos de mercado e ao subjetivismo do agente econômico. (FEIJÓ, 2001, p. 419)

Um teórico que ajudou na consolidação desta escola de pensamento foi o austríaco Eugen von Böhm-Bawerk. Este teórico ajudou a reforçar as ideias de seu predecessor Carl

⁶ De acordo com Carvalho (2008, p. 87) “já no contexto do individualismo metodológico, o indivíduo é o ator-sujeito da sociedade e dos processos que nela se desenrolam. O indivíduo é influenciado sobremaneira pelo funcionamento do grupo, ao mesmo tempo em que contribui para a formação do mesmo [...] Segundo essa abordagem, toda explicação acerca de fenômenos sociais deve partir, compulsoriamente, da análise das ações dos indivíduos que compõem determinado grupo social.”

Menger. Entre as principais contribuições de Böhm Bawerk, a mais citada se refere à sua teoria sobre capital e juro. Soto (2010) evidencia esta contribuição de Bawerk:

Assim, devemos a Böhm-Bawerk uma obra cimeira, *Capital e Juro* (1884-1902) que, apesar do seu título, é todo um tratado completo de economia em que, ao redor da teoria subjetiva e dinâmica dos preços, se constrói o coração da teoria austríaca do capital. (SOTO, 2010, p.69)

Outra contribuição dos austríacos para a economia, se refere ao reforço do conceito de “lei da utilidade marginal decrescente”. Este conceito desenvolvido pelos marginalistas (Menger, Jevons e Walras), foi utilizado pelos teóricos da escola austríaca.

De acordo com Rothbard (1988) os austríacos desenvolveram a ideia de que cada unidade de um fator de produção é cotada no mercado de acordo com sua produtividade marginal, e dependendo da abundância ou escassez deste fator seus valores seriam diferentes: seu preço será maior quanto mais escasso for, e será menor se for muito abundante.

Um dos expoentes desta corrente de pensamento foi o austríaco Ludwig Von Mises. Esse teórico fez parte do momento de ápice das ideias da escola austríaca. Rothbard (1988) evidencia isso:

Nasceu e cresceu quando a grande Escola Austríaca de economia chegava a seu apogeu. É impossível compreender Mises, com suas vitais contribuições à economia, sem levar em conta a tradição desta escola, por ele estudada, assimilada. (ROTHBARD, 1988, p.10)

Como salientado, o século XX é onde se dá o início das ideias neoliberais, tendo principalmente nas figuras de Mises e Hayek⁷ uma forte influência em seu pensamento.

As influências do movimento neoliberal são advindas de diversos pensadores, inclusive de séculos anteriores, sobretudo de liberais, como Smith, e pensadores de destaque de outras escolas, a exemplo da escola austríaca. Outra escola de pensamento de destaque do século XX foi a escola de Chicago, tendo como sua figura mais conhecida o teórico Milton Friedman. Um dos pressupostos defendidos pelos pensadores desta escola também se referia a liberdade de mercado.

Com relação a Milton Friedman, dentre seus conceitos, também estava a defesa da liberdade econômica na sociedade, com a mínima interferência do governo. Sua obra mais conhecida foi “Capitalismo e Liberdade” do ano de 1962 que atingiu grande respeitabilidade

⁷ Por sua contribuição para a doutrina neoliberal, este teórico será evidenciado na próxima seção.

no âmbito econômico. Ainda se referindo ao pensamento de Milton Friedman, no que trata de sua publicação mais conhecida, Souza e Lara (2012) apontam algumas características evidenciadas nesta obra:

Para o autor as liberdades individuais só serão atendidas e reguladas por um sistema de mercado. Essa obra é considerada a síntese de seu pensamento, sua tese é discutir o papel do capitalismo competitivo, isto é, as organizações privadas, operando e movimentando um mercado livre. Coloca-se contrário a qualquer organização coletiva, critica a tendência ao coletivismo, pois acredita que essas destroem a liberdade dos sujeitos. (SOUZA; LARA, 2012, p.7).

Com relação à importância da economia de mercado, Friedman evidencia que este tipo de economia coordena de forma mais apropriada as relações econômicas dentro de um país. De acordo com Friedman,

Enquanto a liberdade efetiva de troca for mantida, a característica central da organização de mercado da atividade econômica é a de impedir que uma pessoa interfira com a outra no que diz respeito à maior parte de suas atividades. O consumidor é protegido da coerção do vendedor devido à presença de outros vendedores com quem pode negociar. O vendedor é protegido da coerção do consumidor devido à existência de outros consumidores a quem pode vender. O empregado é protegido da coerção do empregador devido aos outros empregadores para quem pode trabalhar, e assim por diante. E o mercado faz isto, impessoalmente, e sem nenhuma autoridade centralizada. (FRIEDMAN, 1988, p.23)

Ao longo de sua obra mais conhecida “Capitalismo e Liberdade”, muitas de suas teorias acerca de liberdade são desenvolvidas. Um ponto que merece destaque é a relação entre política e economia observada por Friedman. Para este teórico, o plano econômico está diretamente atrelado ao plano político, e, para a busca de um mercado livre é fundamental a existência de liberdade política no país que almeje esta liberdade de mercado.

Com relação ao papel do governo, Friedman sugere que este deveria se restringir a proteger os direitos econômicos dos indivíduos da sociedade, tendo um papel limitado em suas ações. De acordo com ele:

O governo é necessário para preservar nossa liberdade, é um instrumento por meio do qual podemos exercer nossa liberdade; entretanto, pelo fato de concentrar poder em mãos políticas, ele é também uma ameaça à liberdade. (FRIEDMAN, 1988, p. 12)

Desta forma, observa-se que Friedman considera importante o governo em alguns aspectos, porém, o governo não deve interferir na liberdade de mercado de modo a não prejudicar o andamento da economia.

Ainda se referindo à relação entre liberdade política e economia, Friedman (1988) ressalta:

A evidência histórica fala de modo unânime da relação existente entre liberdade política e mercado livre. Não conheço nenhum exemplo de uma sociedade que apresentasse grande liberdade política e que também não tivesse usado algo comparável com um mercado livre para organizar a maior parte da atividade econômica. (FRIEDMAN, 1988, p. 19)

Este teórico faz uma análise mais abrangente dos aspectos econômicos de uma sociedade, relacionando os aspectos políticos com os aspectos econômicos. Como evidenciado, esta relação é fundamental no pensamento de Friedman. No que se refere ao papel do governo numa sociedade livre Friedman (1988) explica de forma mais ampla seu ponto de vista:

Em suma, a organização de atividade econômica através da troca voluntária presume que se tenha providenciado, por meio do governo, a necessidade de manter a lei e a ordem para evitar a coerção de um indivíduo por outro; a execução de contratos voluntariamente estabelecidos; a definição do significado de direitos de propriedade, a sua interpretação e a sua execução; o fornecimento de uma estrutura monetária. (FRIEDMAN, 1988 p.33)

Como se observa, ao longo de sua obra, Friedman define o papel do governo numa sociedade competitiva. O papel deste é importante para a manutenção da ordem econômica, mas deve ter seu papel limitado, para não prejudicar o funcionamento da competição na sociedade.

Outros teóricos importantes da escola de Chicago trouxeram contribuições para o pensamento neoliberal. Entre eles, destacam-se os pensadores Theodore Schultz e Gary Becker. No que se refere a estes dois teóricos da escola de Chicago, assim apresenta Souza e Lara (2012, p. 7) “a escola de Chicago é representada por Theodore Schultz e Gary Becker que tratam sobre o capital humano e, Milton Friedman, intelectual da mídia desta escola⁸”.

O pensamento neoliberal é fruto de diversas contribuições, o que é característico do pensamento econômico. Ele não é isolado e fragmentado, e sim caracterizado por muitas

⁸ Apesar da importância destes teóricos para o desenvolvimento da doutrina neoliberal, estes não serão detalhados, pois, haverá um foco sobre as contribuições do teórico Hayek.

ligações entre os pensadores de diferentes épocas e influenciado pelos acontecimentos em seu contexto histórico.

Para uma compreensão maior das ideias da escola austríaca e da influência desta para o desenvolvimento do neoliberalismo a análise do pensamento de um de seus principais teóricos – Friedrich Hayek – é de grande relevância. Esta atenção à Hayek apoia-se no fato deste autor ser uma das principais referências da doutrina neoliberal e também pelo fato de sua obra marcante “O caminho da servidão” ter grande importância no debate econômico.

Ainda se referindo a esta obra de Hayek, Moraes (2001, p. 13) destaca: “seu O caminho da servidão, lançado em 1944, pode ser apontado como um manifesto inaugural e documento de referência do movimento neoliberal.”

1.3 Hayek e o pensamento neoliberal

Um dos principais teóricos do neoliberalismo é Friedrich Hayek, membro de destaque da escola austríaca, e que teve como obra marcante acerca do pensamento neoliberal, o livro “O Caminho da Servidão”, do ano de 1944. Com relação à esta obra marcante de Hayek, Moraes (2001) destaca:

O caminho da servidão é um livro de combate, provocativamente endereçado "aos socialistas de todos os partidos". Não dirige seu fogo apenas contra os partidários da revolução e da economia globalmente planificada, mas a toda e qualquer medida política, econômica e social que indique a mais tímida simpatia ou concessão para com as veleidades reformistas ou pretensões de fundar uma "terceira via" entre capitalismo e comunismo. (MORAES, 2001, p.13)

Este teórico, nesta obra enfatiza, dentre outras coisas, o individualismo na sociedade, apresentando suas características:

[...] podemos dizer que o individualismo, que a partir de elementos fornecidos pelo cristianismo e pela filosofia na antiguidade clássica pôde desenvolver-se pela primeira vez em sua forma plena durante a Renascença e desde então evoluiu e penetrou na chamada civilização ocidental, tem como características essenciais o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera individual, por mais limitada que esta possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais. (HAYEK, 1994, p.40-41).

Como se observa, Hayek trata dos aspectos positivos que o individualismo propicia para a vida em sociedade. Com o respeito pelos indivíduos, há um benefício para a localidade, pois, desta forma, a sociedade se desenvolverá de forma mais eficiente. Apesar de ressaltar a importância da liberdade econômica, ele não menospreza a importância do Estado. Para ele, o Estado é um elemento importante para a vida em sociedade, mas que deve ter limites para não prejudicar a vida em sociedade.

Em outro livro “a desestatização do dinheiro” este teórico evidencia a questão da emissão de moeda numa economia. Hayek é contra o monopólio governamental sobre a emissão de moeda, alegando que as consequências para o sistema econômico não seriam benéficas.

Até o momento, a principal conclusão é que a maior falha da estrutura de mercado, qual seja, sua suscetibilidade à depressão e ao desemprego periódicos – objetos de justificada censura -, é consequência do milenar monopólio governamental sobre a emissão de moeda. (HAYEK, 1986, p.8)

Para o maior entendimento de suas ideias, a análise minuciosa de sua obra é importante. Através desta análise mais abrangente se observa a essência do pensamento neoliberal. Sua obra mais conhecida “O Caminho da Servidão” é delineada através de capítulos pequenos, focando temas específicos e interligados, de forma a organizar melhor suas ideias. O ambiente econômico em que vivera, influenciou em suas ideias, e para analisar de forma mais efetiva seu pensamento, não se pode desprezar este ambiente.

Hayek escreve esta obra em meio a um cenário marcado pela tensão por conta dos conflitos da época, que tem como evento principal, a Segunda Grande Guerra Mundial e a tensão diante da força do totalitarismo e os males que este poderia trazer para os indivíduos na concepção deste teórico. Como evidenciado anteriormente por Moraes (2001) a preocupação com as medidas de cunho socialista é fato presente na obra de Hayek.

Neste livro Hayek apresenta exemplos para reforçar suas ideias, como a Alemanha e a Itália. Um aspecto que deve ser ressaltado se refere a pouca ênfase que autor tem sobre a Rússia socialista; a justificativa para isso nos é dada pelo próprio autor em seu prefácio:

Os pontos que hoje considero falhos neste livro são, sobretudo, a pouca ênfase que dei à relevância da experiência do comunismo na Rússia – falha talvez perdoável quando lembramos que, quando o escrevi, a Rússia era nossa aliada na guerra – e o fato de não me ter libertado inteiramente de todas as supertições intervencionistas então em voga, o que me levou a fazer várias concessões que hoje reputo injustificadas. (HAYEK, 1994, p. 27)

Suas ideias não foram tão evidenciadas nos primeiros anos posteriores à publicação de sua obra. Isso se deve em parte a força do Keynesianismo na defesa de uma forte atuação do Estado, agindo como interventor, contrapondo-se a ideia de Estado Mínimo proposta por Hayek. Este teórico evidencia o enfraquecimento da democracia em uma gestão planejada, característico dos sistemas coletivistas. Segundo ele:

[...] Se na acepção dessas pessoas “capitalismo” significa um sistema de concorrência baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada, é muito mais importante compreender que só no âmbito de tal sistema a democracia se torna possível. No momento em que for dominada por uma doutrina coletivista, a democracia destruirá a si mesma, inevitavelmente. (HAYEK, 1994, p. 83)

Em sua obra mais marcante, se evidencia sua preocupação com a planificação das economias e os riscos que isso traria para a vida em comunidade. Em sua obra Hayek elucida seu pensamento contrário à forte intervenção governamental encontrada em economias planejadas. Para reforçar sua preocupação, exemplos de países são citados, como no caso da Alemanha e Itália, exemplos extremos, diante do totalitarismo adotado nestes países em determinado período da História. Hayek, nesta obra, alerta que o socialismo seria prejudicial para a sociedade, diante do perigo que uma gestão centralizadora poderia acarretar para o ambiente econômico dos países.

Observa-se uma crítica veemente ao socialismo, e os males que seus propósitos podem trazer para o campo econômico. Essa crítica ao socialismo é bastante presente e é um dos aspectos que marcam a abordagem de Hayek neste livro. Ao longo de sua obra, algumas considerações podem ser evidenciadas. Uma questão bastante discutida refere-se ao enfraquecimento do liberalismo, que se inicia no fim do século XIX, diante das insatisfações da sociedade diante do lento progresso das políticas liberais.

Ainda se referindo aos socialistas, este teórico trata sobre o coletivismo e as consequências negativas para as liberdades individuais. Para Hayek o modelo de governo proposto pelos socialistas na realidade, restringem as liberdades individuais, delegando as decisões econômicas a um órgão central de planejamento. Hayek também ressalta a questão da planificação e sua real importância para a sociedade. Ele aborda o que ele chama de “ilusão” que se apresenta diante da necessidade de planificação.

Argumenta sobre a ideia equivocada, em sua opinião, sobre muitos dos defensores da planificação, que falam da importância do planejamento diante do dinamismo que existira

decorrente dos avanços tecnológicos e das mudanças da sociedade. Ainda neste sentido Hayek (1994, p. 70-71) afirma: “se é verdade que as invenções nos conferiram um poder formidável, por outro lado é absurdo insinuar que devemos empregar esse poder para destruir nosso legado mais precioso: a liberdade.”

Hayek discute a convivência dos indivíduos em sociedade e sobre a abrangência do Estado como mediador das relações econômicas. Ele ressalta a impossibilidade do Estado de estabelecer um consenso sobre as melhores medidas para a sociedade como um todo diante da complexidade das relações sociais. Segundo ele:

A tentativa de dirigir toda a atividade econômica de acordo com um plano único suscitaria inúmeras questões cuja solução somente as regras morais poderiam oferecer, mas para quais a moral em vigor não tem resposta e, quando tem, ela não pode proporcionar um consenso geral sobre o que se deve fazer. (HAYEK, 1994, p. 75-76)

Hayek, também trata sobre o Estado de Direito, e suas diferenças em relação a um governo arbitrário. Este teórico enfatiza que o Estado deve limitar-se a estabelecer as normas gerais na sociedade, deixando os indivíduos livres para realizar suas ações. Outro fato evidenciado em sua obra se refere aos efeitos do controle econômico por parte dos governantes dos países. Este controle não se restringe a questões básicas, e sim, envolve uma série de questões da vida em sociedade. Isso é perigoso para a sociedade na concepção de Hayek, pois restringiria a liberdade econômica dos indivíduos.

O planejamento não é de todo criticado por Hayek. Para questões essenciais, ele é aceito dentro do sistema econômico. Porém, este planejamento não deve interferir em questões relacionadas ao nível de renda dos indivíduos. Para ele:

O planejamento que exerce efeito tão insidioso sobre a liberdade é aquele que visa a uma segurança de outra espécie. É o planejamento que se destina a proteger indivíduos ou grupos contra a redução de suas rendas (redução que, embora imerecida, ocorre diariamente numa sociedade competitiva), contra perdas que impõem duras privações, sem justificção moral, e que, contudo, são inseparáveis do sistema de concorrência. (HAYEK, 1994, p. 125)

Nesse sentido, observa-se uma crítica veemente aos sistemas coletivistas em sua obra, e os prejuízos à liberdade individual ocorridos nestes sistemas. Hayek associa as ideias socialistas aos regimes totalitários existentes, apresentando os efeitos nocivos que uma gestão centralizada pode acarretar à liberdade individual.

A obra “O Caminho da Servidão” é um marco no pensamento econômico, sendo fonte de inspiração para autores posteriores, também servindo como fonte de amplos debates acerca dos preceitos neoliberais, e colocando Hayek como figura de destaque do movimento neoliberal.

1.4 Neoliberalismo: outras considerações

A soberania do indivíduo é um aspecto muito presente no pensamento neoliberal, como pode ser visto no item anterior. Neste sentido, Carcanholo (1997) nos mostra que a principal característica presente no pensamento neoliberal é a noção de liberdade do indivíduo, a soberania das preferências e dos gostos de cada pessoa.

Apesar da doutrina neoliberal defender a liberdade de mercado, ela defendia que o governo atuasse como garantidor da estabilidade financeira e monetária da economia para o bom funcionamento do sistema econômico.

Como evidenciado anteriormente, existe algumas diferenças entre o pensamento liberal e o neoliberal. Uma das principais diferenças se refere à disciplina de mercado. Neste sentido, Sandroni (1999), apresenta que os neoliberais defendem o disciplinamento da economia de mercado, não para asfixiá-la, mas para garantir-lhe sobrevivência, pois, ao contrário dos antigos liberais, não acreditam na autodisciplina espontânea do sistema.

Diversos autores como, por exemplo, Hayek tratam sobre o conceito de liberdade do indivíduo, como evidenciado anteriormente. Além de Hayek, outros autores se destacaram na defesa de ideias de cunho liberal, a exemplo de Friedman, dentre outros pensadores. Os conflitos individuais seriam resolvidos assim, na esfera do mercado, que é mais eficiente na solução dos conflitos individuais de uma sociedade. Como observado anteriormente, este é um ponto defendido pelo teórico Hayek, que evidencia a defesa da soberania do indivíduo em sua obra.

O movimento neoliberal começou a ganhar força a partir do difícil cenário mundial na década de 1970 e as conseqüentes indagações sobre o grau de participação do governo dentro das economias. A defesa de um mercado mais ativo no cenário econômico dos países começa a retomar sua força neste período da história, abrindo espaço para os conceitos liberais.

De acordo com Anderson (1995) a solução apontada pelos defensores do neoliberalismo, com relação à crise existente era um Estado com força suficiente para romper

o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, porém, menos ativo em gastos sociais e intervenções econômicas. Defendia-se um Estado que agiria em favor das forças de mercado.

Desta forma, o Estado deveria pautar-se por uma maior disciplina em alguns pontos levantados pelos neoliberais, com o intuito de tornar a economia mais sólida e pronta para um mercado mais ativo. Ainda segundo Anderson (1995), para os neoliberais, disciplina orçamentária, contenção dos gastos com bem-estar e a retomada da taxa natural de desemprego seriam importantes para enfraquecer o poder dos sindicatos. Observa-se, desta forma, a defesa do Estado a serviço do capital.

Para Anderson (1995) essas medidas, apesar de gerarem aspectos positivos para o sistema capitalista, como, por exemplo, redução da inflação e aumento na taxa de lucro dos capitalistas (fortemente influenciado pelo enfraquecimento dos sindicatos); trouxeram consequências negativas para boa parte das populações como: queda do nível de emprego e aumento da desigualdade. Estas perdas que afetam muitos habitantes são normais diante de um ambiente competitivo, como evidenciado anteriormente, através dos escritos do teórico Hayek.

Como se observa, o Estado entraria como um membro importante nesse processo num primeiro momento, oferecendo as condições econômicas para que a liberdade se exerça. Desta forma, as questões sociais ficavam muitas vezes de lado como consequência dos objetivos propostos pelos teóricos do neoliberalismo. O avanço do capitalismo, desta forma, se dá à custa do lado social, fato observado também no neoliberalismo.

Assim, a falta de atenção dada pelos neoliberais a camada menos favorecida é muito presente nesta doutrina. Com relação a este aspecto Filgueiras (1997, p. 900) explica o ponto de vista dos neoliberais: “do ponto de vista social, também não deve haver políticas ativas que procurem diminuir as desigualdades entre os indivíduos, pois isto acomoda seus beneficiários e arrefece a competição, motor maior da sociedade e da liberdade.”

Na concepção dos neoliberais, o Estado não seria forte apenas para atuar em favor do livre comércio. Ao abordar esta questão, Carcanholo argumenta:

A política apregoada de liberalização do comércio necessita de Estados fortes, em um primeiro momento, para desregulamentar, desproteger o comércio exterior, garantir a estabilidade da economia e impedir a reação dos setores que serão prejudicados pela nova política - dentre eles, os trabalhadores. (CARCANHOLO, 1997, p. 261)

Observa-se que o Estado possui uma diferente atribuição no pensamento neoliberal, divergindo do Estado pressuposto pelos defensores do keynesianismo. Os keynesianos

propunham uma forte intervenção do Estado na economia, enquanto que os neoliberais propunham uma redução da participação do Estado na economia, tendo a concorrência papel de grande relevância para a solução dos conflitos individuais e coletivos.

O mercado, de acordo com os neoliberais seria um agente fundamental na economia capitalista, sendo importante para a obtenção de liberdade política e econômica. De acordo com Teixeira,

[...] pode-se afirmar que o mercado desempenha um duplo papel na promoção de uma sociedade livre. De um lado, porque garante a liberdade econômica, que é parte da liberdade entendida no seu sentido amplo e, portanto, um fim em si próprio. Em segundo lugar, o mercado é um instrumento para a obtenção da liberdade política. Daí a necessidade, para a teoria neoliberal, de mostrar que o mercado é um mecanismo intrascendível no processo de produção e reprodução da vida social. (TEIXEIRA, 1998, p. 20-21)

Entretanto, o Estado não poderia intervir na liberdade de mercado do país, de forma a não prejudicar as relações econômicas vigentes dentro da sociedade capitalista.

O neoliberalismo, desta forma, é uma das doutrinas econômicas mais lembradas do século XX, com suas recomendações servindo como base inclusive, na adoção de políticas econômicas em muitas nações. Este movimento marcou diversas economias do mundo. Tendo figuras como Hayek, Friedman, dentre outros teóricos desta linha de pensamento, o neoliberalismo marcou o pensamento econômico e reacendeu as discussões de cunho liberal.

CAPÍTULO 2 APLICAÇÕES DO NEOLIBERALISMO PELO MUNDO

Neste capítulo haverá uma abordagem sobre o início do neoliberalismo e também sobre sua aplicação em diversas economias do mundo. Será dada uma ênfase sobre experiências em diversas localidades e suas particularidades.

As experiências neoliberais atingem desde países desenvolvidos (como Estados Unidos e Inglaterra) até os países subdesenvolvidos (como no caso de diversos países da América Latina). Desta forma, este item traz destaque para a aplicação do neoliberalismo nestes grupos citados.

2.1 Breve histórico da doutrina neoliberal

O pensamento liberal sofreu por algumas décadas um período de decadência, como evidenciado anteriormente. Esta diminuição da força do pensamento liberal teve como principal influência os efeitos advindos da crise de 1929, que abalou grande parte das economias do mundo. No que se refere a estes aspectos, Teixeira (1998) comenta:

Essa fase áurea chega ao seu fim com a grande crise no final dos anos vinte e início da década de trinta. A Grande Depressão joga nas ruas milhares de trabalhadores no mundo todo. Falências de empresas se seguem em uma cadeia sucessiva, arrastando na sua esteira grandes blocos de capitais. As prateleiras abarrotadas de mercadorias faziam os preços despencarem em uma velocidade aterrorizante para seus proprietários, que viam, da noite para o dia, seu capital virar fumaça. As próprias instituições políticas da sociedade viam-se ameaçadas na sua existência, pondo em risco a própria sobrevivência do sistema. Parecia que o capitalismo estava chegando ao fim e com ele todas as teorias e ideologias liberais. (TEIXEIRA, 1998, p.10)

Como se observa, a crise de 1929 foi um fator marcante na história econômica, pois, além de seus efeitos negativos sobre as economias, serviu de argumento para os pensadores contrários à ideologia liberal que vigorava no período em questão. Diante da realidade que se configurava, as teorias do pensador Keynes começaram a ganhar destaque, diante da busca de alternativas com base na força do Estado, em contraposição à livre atuação do mercado. Com relação aos argumentos de Keynes contra o livre mercado, Paulani (2008) afirma:

Na contramão do que pensava Hayek, Keynes desenvolveu uma teoria para mostrar justamente que o mercado, deixado a si mesmo, poderia levar ao péssimo social, ou seja, trabalhar abaixo do nível de pleno emprego, produzindo recessão, desemprego e miséria por tempo indefinido, visto que não tinha condições de, sozinho, sair deste tipo de armadilha que seu próprio funcionamento montava. (PAULANI, 2008, p. 108)

Diante de um cenário no qual as ideias keynesianas estavam aclamadas por grande parte da sociedade, algumas linhas de pensamento contestavam o keynesianismo. Diante desta realidade, surge uma doutrina econômica que se destaca: o neoliberalismo.

Em contraposição ao intervencionismo estatal verificado em muitos países da Europa e em países de expressão como os Estados Unidos, o movimento neoliberal começa a criar forma a partir do término da Segunda Guerra Mundial. Segundo Filgueiras,

O neoliberalismo, por sua vez, surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial, como uma reação teórica e política ao Estado Intervencionista/ keynesiano, presente na Europa e nos EUA. As suas críticas se voltam, mais uma vez, contra qualquer limite, por parte do Estado, ao funcionamento dos mecanismos do mercado; o “mercado livre” é a garantia da liberdade econômica e política, esta última também ameaçada pelo intervencionismo. (FILGUEIRAS, 1997, p. 899)

Observa-se que as propostas keynesianas já eram combatidas nesta época por muitos pensadores que defendiam uma maior liberdade de mercado, com uma diminuição da interferência do Estado na economia.

Um fato que se destacou na busca da retomada do pensamento liberal foi a iniciativa do teórico Hayek de reunir pensadores com afinidades quanto ao modo de pensar a sociedade. Nesta reunião, ocorrida na Suíça, diversos pensadores contrários ao intervencionismo estiveram presentes. De acordo com Paulani,

[...] em 1947, ele [Hayek] toma a iniciativa de convocar todos os expoentes do pensamento conservador de então (Lionel Robbins, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Milton Friedman, entre outros) para uma reunião em que discutiria a estratégia necessária para enfrentar essa avalanche de regulação e intervencionismo que assolava o capitalismo. Essa reunião ocorreu na Suíça, em Mont-Pèlerin [...] (PAULANI, 2008, p. 109)

Desta forma, esta reunião buscava elaborar propostas para o quadro econômico vigente que existia, almejando principalmente uma sociedade com menos intervenção estatal, com o mercado agindo de forma mais livre no âmbito econômico.

Como evidenciado anteriormente, a partir da década de 1970, as ideias de cunho liberal começaram a retomar sua força. Este fato foi influenciado pelo enfraquecimento das propostas keynesianas, diante do novo cenário econômico existente. Esta diminuição da influência do keynesianismo é decorrente principalmente de dificuldades que o sistema capitalista enfrentou no período. Este fato é reforçado pela realidade econômica difícil enfrentada por muitos países neste período, e a conseqüente busca de soluções para os problemas econômicos. De acordo com Filgueiras,

No início dos anos 70, após um período de mais de 25 anos de crescimento, iniciou-se uma profunda crise nas economias dos países capitalistas centrais, que se expressou, sobretudo, na aceleração das taxas de inflação, na redução da produtividade e dos níveis de crescimento, na elevação dos déficits públicos e no aumento do desemprego. (FILGUEIRAS, 1997, p. 903)

Diante de um cenário de dificuldades existente neste período, a doutrina neoliberal ganha força. Seu crescimento se dá, desta forma, em detrimento das recomendações presentes no keynesianismo, por conta dos problemas enfrentados pelas economias de diversos países.

Ainda se referindo às dificuldades do cenário econômico mundial neste período, Anderson (1995) nos diz que a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973⁹, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, no qual crescimento baixo e inflação elevada conviveram lado a lado, mudou as opiniões sobre o grau de participação do Estado na economia.

Como evidenciado, estes problemas afetaram o ponto de vista de muitos atores da sociedade, que buscavam agora, um modelo econômico que melhorasse a situação econômica de seu país. Neste contexto, a doutrina neoliberal começa a ganhar um maior espaço nas discussões econômicas. Mais do que isso, suas recomendações começaram a ganhar aplicabilidade no cenário econômico internacional. No que se refere à esta nova realidade, Gentili (1996) afirma:

Durante a segunda metade do século XX, o neoliberalismo deixou, assim, de ser apenas uma simples perspectiva teórica produzida em confrarias intelectuais, a orientar as decisões governamentais em grande parte do mundo capitalista, o que inclui desde as nações do Primeiro e do Terceiro Mundo até algumas das mais convulsionadas sociedades da Europa Oriental. (GENTILI, 1996, p. 4)

⁹ Um fato decisivo para a crise capitalista do período foi o forte aumento verificado no preço do petróleo, por parte dos países membros da OPEP, que trouxe conseqüências sérias para a maior parte das economias do mundo.

Desta forma, observa-se que a doutrina neoliberal ganhou expressividade neste período da história, com seu raio de influência se estendendo para boa parte dos países do mundo. Ainda se referindo ao crescimento do movimento neoliberal pelo mundo, Filgueiras (1997) nos mostra a força deste movimento e a rapidez no qual se disseminou:

O fenômeno político/ideológico denominado de neoliberalismo, disseminado mundo afora a partir dos fins dos anos 70 de forma fulminante, tornou-se, em apenas duas décadas, um guia teórico e prático para partidos e governos de quase todos os países ocidentais. Aclamado de forma dominante nas academias e demais centros de produção de conhecimento, foi vulgarizado para o grande público, com apoio e influência decisivos da mídia. (FILGUEIRAS, 1997, p. 987)

O neoliberalismo se mostra assim, como um movimento que exerceu influência tanto em países desenvolvidos, como para os países em desenvolvimento, o que foi influenciado também pelo apoio que a mídia trouxe para este movimento.

Com relação aos efeitos do neoliberalismo para a sociedade, um aspecto negativo deve ser evidenciado: o aumento da desigualdade. Para os neoliberais, este fator não era motivo de preocupação. Filgueiras (1997) destaca o motivo deste aspecto não preocupar os proponentes do neoliberalismo:

[...] é uma doutrina que se constrói em oposição a uma certa forma de intervenção do Estado, isto é, o chamado Estado de Bem-Estar Social Europeu ou o New Deal norte-americano, e tendo por princípio mais geral que a desigualdade é um valor positivo e imprescindível na constituição de uma sociedade democrática, pois é a base da liberdade e da vitalidade da concorrência. (FILGUEIRAS, 1997, p. 899)

Como se observa, esta doutrina econômica, através de suas ideias, contribuiu para o aumento da desigualdade entre os indivíduos. É uma espécie de “mal necessário” do neoliberalismo, pois, através deste problema, a concorrência se faz de maneira mais eficiente na concepção desta doutrina econômica. Desta forma, o movimento neoliberal ganha força na segunda metade do século XX, bastante influenciado pelo novo cenário econômico do período em questão, e tendo como uma de suas consequências negativas o aumento da desigualdade no mundo.

Suas propostas trouxeram impacto em diversas economias, e seus efeitos positivos e negativos ainda são alvo de discussões. De qualquer forma, não se pode desprezar sua representatividade na segunda metade do século XX.

O neoliberalismo ganha visibilidade, de fato, a partir da década de 1980, com suas recomendações sendo aplicadas inclusive em países de grande expressão no cenário econômico internacional.

2.2 O neoliberalismo a partir da década de 1980

A década de 1980 é marcada pela implementação mais geral da doutrina neoliberal em diversos países do mundo, inclusive os de maior expressão no cenário econômico internacional. Este aspecto é reforçado pelas medidas adotadas nestas nações, que em muitos aspectos reviam o grau de participação do Estado na esfera econômica, abrindo um maior espaço para o mercado.

Como evidenciado anteriormente, o movimento neoliberal ganhou força neste período, alcançando importância e aplicabilidade no cenário econômico mundial. Com relação a este aspecto, Santos apresenta:

A década de 80 foi marcada por um surto do pensamento e da ideologia neoliberal. Ao mesmo tempo, as políticas econômicas dos países mais poderosos estiveram dirigidas a uma desregulação de vários mercados, à privatização de certas empresas, ao aumento da competitividade internacional. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, sobretudo, tais medidas se complementaram com uma diminuição de impostos sobre as camadas mais ricas da população e cortes importantes dos gastos sociais. (SANTOS, 1999, p. 1)

Como se observa, o neoliberalismo é marcado pela aplicação de medidas que diminuem o raio de atuação do Estado. Privatizações e desregulação dos mercados são algumas das medidas utilizadas pelos países que utilizaram o receituário neoliberal em suas ações.

De acordo com Santos (1999) a década de 1980 é marcada pelo avanço da ideologia neoliberal nos países do mundo. Este movimento ganhou notabilidade no cenário econômico internacional com a eleição de Margaret Thatcher como primeira ministra da Inglaterra e a vitória de Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos.

As ideias neoliberais ganharam força diante do contexto de crise do capitalismo na década de 1970 e da consequente força do receituário neoliberal como resposta à esta situação. Com relação à este aspecto verificado em algumas economias do mundo, Augustin (2011) afirma:

Apesar de reunir nomes de peso de diversas áreas do conhecimento e de diferentes países, tal grupo manteve-se marginalizado por três décadas tanto da academia quanto das decisões políticas. Foi apenas com a crise do capitalismo regulado, na década de 1970, que as ideias neoliberais começaram a ser postas em prática, inicialmente pelos governos militares da América Latina (como no Chile de Pinochet e na Argentina de Videla e Martínez de Hoz) e logo chegando aos países centrais, sendo os mais marcantes os governos de Margaret Thatcher na Inglaterra (1979-90) e de Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981-89). (AUGUSTIN, 2011, p. 3)

Ainda se referindo ao neoliberalismo como resposta à situação econômica vigente no período evidenciado, Filgueiras (1997) apresenta:

A crise do capitalismo, com o esgotamento do fordismo no início dos anos 70, criou as condições objetivas para a doutrina neoliberal se expandir e assumir importância política cada vez maior, chegando ao poder no final dos anos 70, com os Governos de Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos. (FILGUEIRAS, 1997, p. 909)

O movimento neoliberal não nasceu de um dia para o outro; levou um determinado tempo para ganhar espaço, e sua força foi bastante influenciada pelo cenário econômico do período. O início da implementação de ações neoliberais, começou no Chile, na ditadura de Pinochet, porém as experiências mais marcantes foram nos Estados Unidos e na Inglaterra. Para Filgueiras,

Apesar dessas propostas terem sido implementadas primeiramente no Chile, quando da derrubada do Governo Socialista de Allende em 1973, foi a partir do Governo Conservador de Thatcher na Inglaterra e do Governo Republicano de Reagan nos Estados Unidos, que se difundiu a onda neoliberal que inundou o mundo nos anos 80. (FILGUEIRAS, 1997, p. 910)

Observa-se que a Inglaterra e os Estados Unidos são exemplos importantes no que se refere à propagação da doutrina econômica neoliberal entre os países, sobretudo, na década de 1980. Diante da importância destes países no cenário econômico internacional, estes contribuíram significativamente na difusão da doutrina econômica neoliberal em diversos países do mundo. Muitos países implantaram ideias neoliberais neste período. Além dos Estados Unidos e Inglaterra, outros países também iniciaram experiências neoliberais neste período. De acordo com Anderson,

Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em por em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schimidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado do modelo de bem-estar escandinavo, caiu sobre o controle de uma coalizão clara de direita, o governo Shluter. Em seguida quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria também viraram à direita. (ANDERSON, 1995, p. 11)

Como salientado, diversos países aplicaram o programa neoliberal, principalmente na década de 1980. Nestes países, o grau de aplicação das propostas neoliberais variavam, alguns com maior intensidade e outros com um menor nível de aplicação.

Desta forma, a década de 1980 é marcada por diversas experiências neoliberais, com este movimento ganhando destaque no cenário econômico e sendo aplicado inclusive em economias de grande porte. Observa-se assim, que este período é marcante no que se refere ao avanço da doutrina econômica neoliberal pelo mundo.

2.3 Experiência neoliberal na Inglaterra e nos Estados Unidos: governos Thatcher e Reagan

Como observado anteriormente, dentre os principais países que se destacaram na aplicação da doutrina neoliberal está a Inglaterra, tendo a frente a primeira-ministra Margaret Thatcher. Neste país muitos dos preceitos do neoliberalismo foram aplicados de forma mais efetiva.

Neste governo, o neoliberalismo ganha aplicabilidade, trazendo consigo novas formas de dirigir a sociedade. Thatcher, desta forma, mudou a orientação do papel do Estado na economia do país. Paulani (2008) evidencia este aspecto apresentando a opinião de Harvey:

[...] foi Margaret Thatcher quem, buscando uma estrutura mais adequada para atacar os problemas econômicos de sua época, descobriu politicamente o movimento [neoliberal] e voltou-se para seu corpo de pensadores em busca de inspiração e recomendações, depois de eleita em 1979. Em união com Reagan, ela transformou toda a orientação da atividade do Estado, que abandonou a busca do bem-estar social e passou a apoiar ativamente as condições “do lado da oferta” da acumulação de capital. (HARVEY, 2004, apud PAULANI, 2008, p. 117)

Desta forma, a política do governo teve orientação para o mercado, com o abandono de práticas como, a política de bem-estar que era utilizada no país antes do avanço das ideias de cunho neoliberal.

Dentro desta perspectiva de crescimento das ideias neoliberais, Anderson (1995, p. 11) evidencia o caso inglês: “na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal”. Neste país a experiência neoliberal foi marcante, pois muitos dos pressupostos neoliberais foram aplicados, como: maior liberdade de mercado, privatizações de empresas estatais, flexibilização das leis trabalhistas, dentre outras medidas. O governo Thatcher é caracterizado como um governo no qual o receituário neoliberal foi exercido de forma mais abrangente. Muitas das propostas desta doutrina econômica foram colocadas em prática nesta nação europeia. De acordo com Anderson,

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado. (ANDERSON, 1995, p. 12)

Observa-se que o governo Thatcher praticou muitas das medidas que são evidenciadas pelos neoliberais, sendo, desta forma, um país no qual o neoliberalismo foi praticado de forma mais abrangente. É nesse sentido que este país da Europa sempre é lembrado quando se trata de abordar as aplicações do neoliberalismo pelo mundo, sobretudo a partir dos anos 1980.

Outro país em que muitas ideias neoliberais encontraram aplicabilidade foi os Estados Unidos. O neoliberalismo ganhou força neste país principalmente a partir da eleição de Ronald Reagan. Este presidente governou os Estados Unidos entre os anos de 1981 e 1989. Neste período, passos importantes foram dados no que se refere à aplicação do programa neoliberal neste país. Pela importância econômica deste país, o movimento neoliberal ganhou representatividade no cenário econômico internacional.

Os Estados Unidos apresentaram algumas semelhanças com o programa neoliberal adotado na Inglaterra, porém, em consequência de grandes gastos militares no país, o déficit público aumentou de forma considerável na nação norte-americana. Este aspecto foi muito

presente no neoliberalismo adotado nos Estados Unidos em consequência da Guerra Fria que ainda existira. De acordo com Filgueiras,

Nos Estados Unidos a receita se repetiu, com a exceção do fato, relevante, de que foi o Governo durante o qual mais cresceu o déficit público (gastos militares) na história americana; em razão de uma nova escalada da “guerra fria” no início dos anos 80. (FILGUEIRAS, 1997, p. 910)

Como evidenciado, estes gastos militares elevados ocorreram em consequência, principalmente da Guerra Fria, que ainda ocorria neste período da história deste país norte americano. Ainda se referindo à experiência dos Estados Unidos, Anderson (1995) faz algumas considerações,

A variante norte-americana era bem distinta. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária. (ANDERSON, 1995, p. 12)

Desta forma, observam-se algumas diferenças entre o modelo neoliberal aplicado nos Estados Unidos sob o governo de Reagan e o modelo aplicado na Inglaterra. A busca dos objetivos propostos pelos neoliberais diferiu em alguns aspectos da experiência inglesa, porém, esta aplicação do neoliberalismo também foi de grande visibilidade no cenário econômico internacional.

2.4 Experiências neoliberais na América Latina

Outro cenário no qual a experiência neoliberal foi aplicada, se refere aos diversos países da América Latina. Estas nações tornaram-se centros importantes de aplicação das medidas recomendadas pelos proponentes da doutrina econômica neoliberal.

No que se refere a experiência neoliberal na América Latina, Anderson (1995, p. 19) nos diz: “o impacto do triunfo neoliberal no leste europeu tardou a ser sentido em outras partes do globo, particularmente, pode-se dizer, aqui na América Latina, que hoje em dia se converte na terceira grande cena de experimentações neoliberais.”

Um país que deu um passo importante para a aplicação do neoliberalismo foi o Chile. Sob o comando do general Augusto Pinochet, este país foi palco de diversas experiências neoliberais, sendo o primeiro país da América Latina a utilizar o receituário neoliberal. Nesse sentido Sader, destaca:

A América Latina serviu de “laboratório de experiências neoliberais” sendo certo que “na década de 90, o neoliberalismo havia se estendido no continente como em nenhuma outra região do mundo”, tendo “nascido na extrema direita do Chile de Pinochet” (SADER, 2009, p. 49-50 apud PILONI, 2009, p. 6).

Nas discussões existentes sobre as aplicações do neoliberalismo pelo mundo, este país sul-americano se destaca com um dos precursores da utilização do receituário neoliberal em suas ações. Todavia, algumas considerações devem ser mencionadas, como o fato da ditadura ser o modelo político vigente neste país da América do Sul. De acordo com Anderson,

O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. (ANDERSON, 1995, p. 19)

Assim, este país aplicou medidas neoliberais no governo de Augusto Pinochet; medidas estas que foram muito rígidas do ponto de vista social, sendo facilitadas pelo modelo político vigente no país. Alguns autores questionam o programa neoliberal e seus efeitos para o Chile. Este programa gerou consequências para o ambiente político e econômico. De acordo com Santos,

Durante a década de 1970 o monetarismo de Milton Friedman havia encontrado uma oportunidade excepcional. Depois do golpe militar contra Salvador Allende, em setembro de 1973, estabeleceu-se no Chile um governo militar com amplos poderes para aplicar uma política econômica liberal. Um grupo de discípulos de Milton Friedman, com sua assistência pessoal, assumiu o ministério da Economia para aplicar suas teorias sem limitações políticas. Além da cooperação e do convívio com um dos mais sanguinários governos do mundo, o resultado econômico foi desastroso. Entre 1973 e 1983 a economia chilena mergulhou numa depressão brutal (com um período de crescimento moderado entre 1977 e 1980). (SANTOS, 1999, p. 137)

Todavia, este modelo, de certa forma, usou muitos dos princípios neoliberais, e a ditadura vigente não desqualifica suas ações, de acordo com os princípios do neoliberalismo. Anderson (1995) explica este aspecto da doutrina econômica neoliberal,

Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios (ANDERSON, 1995, p. 19-20)

A experiência neoliberal na América Latina apresenta algumas particularidades com relação às aplicações em outros continentes. Moraes (2001) evidencia este aspecto:

Para os países latino-americanos, os neoliberais fazem uma adaptação dessa cena: aqui o adversário estaria no modelo de governo gerado pelas ideologias nacionalistas e desenvolvimentistas, pelo populismo [...] e pelos comunistas, evidentemente. A argumentação neoliberal tem uma estratégia similar à do sermão. Primeiro, desenha um diagnóstico apocalíptico. Em seguida, prega uma receita salvacionista: forte ação governamental contra os sindicatos e prioridade para uma política anti-inflacionária monetarista (do a quem doer) - reformas orientadas para e pelo mercado, "libertando" o capital dos controles civilizadores que lhe foram impostos por duzentos anos de lutas populares. (MORAES, 2001, p. 14-15)

Como se observa, o neoliberalismo na América Latina tem como uma de suas características principais o ataque ao modelo de governo existente, buscando-se um governo que atue de acordo com os interesses do mercado. Mas, o neoliberalismo na América Latina não se restringiu à experiência chilena. Apesar deste país ser o precursor em experiências neoliberais, outros países experimentaram o neoliberalismo, e muitos, por via democrática. De acordo com Gentili,

[...] a contribuição latino-americana ao neoliberalismo mundial não se esgotou na experiência chilena. Durante os anos 80, e no contexto das incipientes democracias pós-ditatoriais, o neoliberalismo chegará ao poder, na maioria das nações da região, pela via do voto popular. (GENTILI, 1996, p. 3)

Nesse sentido, na América Latina a aplicação dos preceitos neoliberais se deram tanto por via democrática (como no caso do Brasil), quanto por vias ditatoriais (tendo como exemplo marcante o Chile de Pinochet).

Observa-se assim, que o neoliberalismo, não se ateve apenas às regiões de capitalismo avançado. Este movimento alcançou proporções muito grandes, alcançando muitos países da América Latina. Moraes (2001) resume por onde o neoliberalismo passou na América Latina:

A rigor, porém, as primeiras grandes experiências de "ajuste" neoliberal foram ensaiadas na América Latina: em 1973, no Chile, com Pinochet, e em 1976, na Argentina, com o general Videla e o ministério de Martinez de Hoz. Nos anos 80, os programas neoliberais de ajuste econômico foram impostos a países latino-americanos como condição para a renegociação de suas dívidas galopantes. Daí se passou à vigilância e ao efetivo gerenciamento das economias locais pelo Banco Mundial e pelo FMI: 1985, Bolívia; 1988, México, com Salinas de Gortari; 1989, novamente a Argentina, dessa vez com Menem; 1989, Venezuela, com Carlos Andrés Perez; 1990, Fujimori, no Peru. E, desde 1989, o Brasil [...] (MORAES, 2001, p. 16-17)

Observa-se que o movimento neoliberal alcançou aplicabilidade em diversos países da América Latina, muito ajudado pelas dificuldades econômicas enfrentadas pelos países no período. Ainda com relação ao neoliberalismo no Brasil, Sader (2013) faz algumas considerações,

O neoliberalismo chegou a América Latina pela via da luta contra a inflação e, por meio dela, da crítica ao Estado, apontado como o responsável pelo desequilíbrio monetário, além de outras mazelas, como o bloqueio a livre circulação de capitais, a ineficiência administrativa, a corrupção, o atraso, a excessiva tributação. Cada país repetiu, a sua maneira, o ideário neoliberal, com governos ditatoriais, como Pinochet, "nacionalistas", como Carlos Menem, ou social-democratas, como Fernando Henrique Cardoso. (SADER, 2013, p. 136)

Observa-se que para Sader, os problemas enfrentados pelos países da América Latina contribuíram significativamente para a inserção de práticas neoliberais nestes países. Ainda se referindo à experiência neoliberal na América Latina, pode-se destacar os casos do Brasil e da Argentina.

No Brasil e Argentina, a incapacidade dos novos governos democráticos para enfrentar a grande crise da dívida externa e da alta inflação, minou o apoio social ao Estado desenvolvimentista e, em 1991, com Fernando Collor na presidência do Brasil e com Carlos Menem na Argentina, ambos os países curvaram-se ao consenso neoliberal de Washington [...]. (BRESSER PEREIRA; THEUER, 2012, p. 817)

Desta forma, estes países aplicaram efetivamente medidas neoliberais a partir da década de 1990, bastante influenciados pelo cenário econômico destes países sul-americanos. Um elemento contribuiu significativamente para o avanço desta doutrina nesta região — o chamado Consenso de Washington¹⁰. No que se refere às propostas deste encontro Filgueiras ressalta,

Na periferia do sistema, as políticas neoliberais foram consolidadas no chamado Consenso de Washington, cuja agenda pode ser resumida pelos seguintes pontos: combate à inflação, através de planos de estabilização alicerçados na valorização das moedas nacionais frente ao dólar e na entrada de capitais especulativos; abertura da economia, com a desregulamentação dos mercados de produtos e financeiros; e, adicionalmente, as chamadas reformas estruturais do Estado, com destaque para a privatização e a reforma da ordem econômica, com a quebra dos monopólios estatais. (FILGUEIRAS, 1997, p. 911)

Verifica-se que este encontro trouxe em sua agenda diversas medidas que apresentavam alinhamento com as propostas de cunho neoliberal, interferindo na condução das políticas econômicas em diversos países da América Latina. Para simplificar a associação das ideias presentes no neoliberalismo com O Consenso de Washington podemos recorrer a Negrão:

Em síntese, é possível afirmar que o Consenso de Washington faz parte do conjunto de reformas neoliberais que, apesar de práticas distintas nos diferentes países, está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado. (NEGRÃO, 1996, p. 5)

Observa-se que o Consenso de Washington foi um fator de grande importância para o fortalecimento do neoliberalismo em diversas nações da América Latina. As conclusões desta reunião traziam consigo um dos aspectos contidos no receituário neoliberal: a predominância da defesa do mercado livre, com os aspectos sociais tratados em segundo plano. De acordo com Batista,

¹⁰ De acordo com Batista (1994, p. 5): “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título "*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington.”

O Consenso de Washington não tratou tampouco de questões sociais como educação, saúde, distribuição da renda, eliminação da pobreza. Não porque as veja como questões a serem objeto de ação numa segunda etapa. As reformas sociais, tal qual as políticas seriam vistas como decorrência natural da liberalização econômica. Isto é, deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto-regulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho. Um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas. (BATISTA, 1994, p. 11)

Observa-se assim, que os aspectos sociais da nação seriam decorrentes da livre iniciativa de mercado, e desta forma, as ideias do Consenso de Washington foram de grande relevância para a evolução das ideias neoliberais no país.

Diante dos fatos apresentados, verifica-se que a América Latina foi palco de diversas experiências neoliberais, sendo uma das principais regiões do mundo em que o neoliberalismo exerceu influência.

A partir das experiências em diversos países apresentadas, observa-se que o neoliberalismo tem como características principais: política fiscal austera; política monetária baseada, dentre outras coisas, por elevação de taxa de juros e emissão monetária reduzida; abertura das economias; e diminuição da participação do Estado na economia (o uso das privatizações é um exemplo claro desta doutrina). Desta forma, o neoliberalismo se expressa em diversas economias a partir da década de 1970.

Dentre os países que aplicaram o receituário neoliberal encontra-se o Brasil, sobretudo na década de 1990. A próxima seção concentra suas atenções no debate sobre a expressão neoliberal na nação brasileira.

CAPÍTULO 3 O NEOLIBERALISMO E SUA INFLUÊNCIA NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

Neste capítulo, após a revisão sobre os princípios neoliberais e sua aplicação em diversos países do mundo, será feita uma análise de como as ideias neoliberais são desenvolvidas no Brasil. O debate acerca das ideias neoliberais desenvolvidas no país revela-se importante para termos uma noção da forma de expressão do pensamento neoliberal no país.

3.1 Início do neoliberalismo no Brasil

Após a análise de algumas das principais experiências neoliberais pelo mundo, é interessante analisar de forma mais abrangente a experiência brasileira. Este país latino-americano também aplicou diversas medidas de cunho neoliberal, sobretudo, a partir da década de 1990.

A sociedade brasileira passou por muitas transformações nas décadas de 1980 e de 1990. O fim do regime militar, o novo cenário político e econômico, dentre outros fatores ocorridos neste país, contribuíram para este período ser marcado por mudanças de orientação nas políticas adotadas nesta nação.

O neoliberalismo entra no país em um momento em que as leis constitucionais levavam o Estado a intervir mais, principalmente na garantia de direitos sociais. Isto se expressa na elaboração da Constituição de 1988.

No que se refere à Constituição de 1988, Fagnani (2011, p. 3) destaca o princípio desta: “após árdua marcha, a Constituição de 1988 restabeleceu a democracia e desenhou o embrião de projeto inspirado no Estado de Bem-Estar Social.” Observa-se assim, que a Constituição apresentava aspectos que prezavam por uma nação com um lado social mais favorável.

A Constituição de 1988 não encontrou muita aplicabilidade na nação brasileira diante das dificuldades impostas pelo cenário do período em questão. De acordo com Piloni,

A clara opção do Congresso Constituinte por um esquema legislativo-constitucional tendente a um (literalmente sonhado) Estado Providência encontrou forte resistência não só na ofensiva liberal conservadora expressa nas tentativas de supressão formal dos direitos sociais (emendas), mas na

própria mora legislativa, quando a norma fundamental exigia complementação (exemplo da assistência social); sem falar nas criminosas restrições orçamentárias. (PILONI, 2009, p. 4)

Observa-se assim, alguns dos fatores que contribuíram para que muitos direitos previstos na Constituição Federal não fossem colocados em prática na sociedade brasileira no período em questão.

Como salientado, o cenário político e econômico que se configurava, dificultou a execução das leis que protegiam os direitos sociais da população. De acordo com Piloni (2009), além das dificuldades de aplicação da Constituição Federal de 1988, resultantes da disputa entre capital e trabalho, a ofensiva neoliberal trouxe grandes dificuldades para a aplicação efetiva do texto constitucional.

Desta forma, houve uma contradição entre as práticas com base neoliberal, com ênfase no Estado mínimo, e a Constituição em vigor no Brasil, no qual o Estado deveria participar ativamente na economia com vistas à melhoria das condições de vida da população.

Neste país, as propostas neoliberais começaram a ganhar força, diante do novo cenário econômico, no qual as ideias resultantes do Consenso de Washington, exerceram papel significativo na execução de políticas econômicas deste país latino-americano.

Verifica-se que o Brasil se insere nesta nova realidade econômica, influenciada pelas recomendações do Consenso de Washington, o que também ocorreu em outros países da América Latina, como evidenciado anteriormente. Muitas ideias neoliberais encontraram aplicabilidade na nação brasileira.

Este processo de fortalecimento do neoliberalismo no país é apontado por vários autores como um período de fortes impactos sociais negativos, principalmente porque impôs fortes transformações do Estado a partir de uma lógica do mercado. Neste sentido, Boito Jr, ressalta o ataque deste programa aos direitos sociais da população:

O tripé da plataforma política neoliberal, composto pelo aprofundamento da abertura da economia nacional ao capital imperialista, pela privatização de empresas e de serviços públicos e pela desregulamentação das relações de trabalho obteve aceitação junto a grande parte da população. O Brasil não chegou a constituir um Estado de bem-estar, no sentido europeu do termo. Apesar disso, os direitos sociais restritos, excludentes e precarizados que ainda existem são um alvo importante da ofensiva neoliberal. (BOITO JR, 1996, p. 1)

Observa-se que os direitos sociais da população são deixados em segundo plano pelos adeptos do neoliberalismo, o que mostra essa faceta excludente deste movimento. Este

aspecto é evidenciado na primeira parte deste trabalho, quando foi ressaltado o papel do Estado numa sociedade competitiva na visão dos defensores do neoliberalismo; para estes, o governo não deveria agir em defesa do social, pois, isto prejudicaria a competição na economia. Ainda se referindo ao movimento neoliberal e suas implicações negativas para o bem-estar de boa parte da população, Boito Jr (1996) nos diz o seguinte:

Na verdade, em grande medida, a política neoliberal representa uma reação contra a herança da política de desenvolvimento iniciada pelo Estado populista: reação contra o Estado protecionista, empresário e regulador, e reação, também, contra os direitos sociais e trabalhistas que foram implantados após a Revolução de 1930. (BOITO JR, 1996, p. 2)

Observa-se assim, que a política de desenvolvimento não é bem tratada nas gestões neoliberais, e as políticas do governo se voltam a favor do mercado, em detrimento das condições de vida da população desfavorecida economicamente. O Brasil foi um dos últimos países a aplicar o receituário neoliberal na América Latina. As razões que contribuíram para este aspecto são apontadas por Filgueiras (2006),

O Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Tal fato deveu-se, de um lado, à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital até então presentes no moribundo Modelo de Substituição de Importações (MSI) e, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 - que se expressou, entre outros eventos, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989. (FILGUEIRAS, 2006, p. 180-181)

Desta forma, vê-se que as condições políticas e econômicas do Brasil trouxeram dificuldades para o avanço das recomendações neoliberais neste país, sobretudo, ao longo da década de 1980.

Outro aspecto referente ao neoliberalismo no Brasil, diz respeito ao seu grau de aplicação; esta doutrina exerceu grande influência na economia brasileira, sobretudo, na década de 1990. Porém, não avançou ainda mais pelos mesmos motivos que tardaram sua chegada no Brasil: o cenário político e econômico marcado, por dentre outras coisas por fortes movimentos sociais (como os liderados pelo PT) e pelo desenho constitucional.

Outro aspecto do neoliberalismo no Brasil diz respeito ao interesse pela focalização no que se refere aos aspectos sociais, retrocedendo os avanços da Constituição de 1988. De acordo com Oliva,

Em 1990, com a opção tardia do Brasil ao neoliberalismo, o paradigma do Estado Mínimo ganhou vigor. A “focalização” nos “mais pobres dentre os pobres”, como estratégia fundamental de promoção da justiça social, contrapôs-se, fortemente, aos avanços sociais de 1988. A política social permaneceu tensionada entre a manutenção – ou retrocesso – daquelas conquistas e a focalização como eixo básico da política social. (OLIVA, 2010, p. 22)

Observa-se assim, que as propostas neoliberais que encontraram aplicabilidade no início da década de 1990 no Brasil, se contrapunham aos avanços decorrentes da Constituição de 1988. Pochmann (2013) destaca que apesar das propostas de avanços sociais contidos na Constituição, as práticas neoliberais foram um entrave para seu desenvolvimento.

As bases da economia social atual originaram-se na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu os grandes complexos do Estado de bem-estar social no Brasil, especialmente no âmbito da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), favoráveis ao avanço importante do gasto social absoluto e relativo ao PIB. Mesmo assim, a difusão do receituário neoliberal na década de 1990 praticamente paralisou as possibilidades de avanço do gasto social, com crescente focalização dos recursos e desvio da tendência universalista. (POCHMANN, 2013, p. 151)

Assim, as práticas neoliberais adotadas no Brasil trouxeram um retrocesso no que se refere aos aspectos sociais da nação. Mesmo com a ênfase deste aspecto na Constituição de 1988, esta encontrou sérias dificuldades de aplicação.

Com relação aos efeitos do neoliberalismo sobre a distribuição de renda no país, este modelo contribuiu para aumentar a desigualdade entre a população. Outro fato relacionado à renda, diz respeito ao crescimento do capital financeiro, e uma redução dos rendimentos do trabalho. De acordo com Filgueiras,

Do ponto de vista da distribuição da renda - e como expressão mais geral, e resultado direto, desse processo – assistiu-se, desde o início da implementação do modelo neoliberal, a uma redução da participação do montante total dos rendimentos do trabalho na renda nacional (de mais de 50% para apenas 36%), tendo por contrapartida o crescimento da participação do montante total dos rendimentos do capital, especialmente os juros do capital financeiro, e das receitas fiscais do Estado. (FILGUEIRAS, 2006, p. 188)

Dessa forma, observa-se uma mudança na configuração do capital na nação brasileira neste período, tendo o movimento neoliberal, papel de grande importância ao longo deste processo.

Como evidenciado pelos autores anteriormente, os impactos do programa neoliberal influenciaram negativamente na condição de vida da classe trabalhadora. Com a diminuição da força desta classe, suas condições foram diminuídas. No que se refere a este aspecto, Filgueiras (2006) afirma:

Quanto à relação capital-trabalho, as mudanças decorreram, antes de tudo, do processo de reestruturação produtiva, que redefiniu radicalmente, no plano objetivo material, a correlação de forças existentes, com o claro enfraquecimento da capacidade política e de negociação da classe trabalhadora e de suas representações. (FILGUEIRAS, 2006, p. 187)

Observa-se que um dos aspectos negativos do neoliberalismo para a sociedade é o fortalecimento da classe dos capitalistas em detrimento das condições de vida de ampla parcela da classe trabalhadora brasileira. Esta característica desta doutrina econômica é alvo de muitas críticas.

Com as medidas de cunho neoliberal adotadas no país, reduziu-se a esfera de atuação do Estado, com o fortalecimento de grupos nacionais e estrangeiros ligados ao setor privado. De acordo com Filgueiras (2006),

O processo de desregulamentação - com a quebra dos monopólios estatais em vários setores da economia - juntamente com o processo de privatização das empresas públicas, reduziu bastante a presença do Estado nas atividades diretamente produtivas, fortalecendo grupos privados nacionais e estrangeiros - dando origem a oligopólios privados, redefinindo a força relativa dos diversos grupos econômicos e enfraquecendo grupos políticos regionais tradicionais; além de permitir demissões em massa e enfraquecer os sindicatos. (FILGUEIRAS, 2006, p. 194)

Com isto, o Estado, sobretudo ao longo da década de 1990, diminuiu seu tamanho na esfera econômica, com o setor privado mais fortalecido na economia brasileira.

Outro aspecto relacionado à política com base neoliberal diz respeito ao processo de abertura da economia brasileira. De acordo com Boito Jr (2007, p. 63): “a abertura comercial e a desregulamentação financeira atendem, portanto, aos interesses do grande capital financeiro, nacional e internacional, em detrimento mesmo da grande indústria interna.”

Como observado, há um enfraquecimento do Estado, decorrente das medidas econômicas adotadas. Isto contribuiu para sua diminuição na capacidade de planejar a atividade econômica. Segundo Filgueiras,

Em síntese, a retirada do Estado de setores estratégicos da atividade econômica, juntamente com o agravamento de sua fragilidade financeira, a redução de sua capacidade de investimento e a perda de autonomia da política econômica, enfraqueceu-lhe a possibilidade de planejar, regular e induzir o sistema econômico. (FILGUEIRAS, 2006, p. 195)

Nesse sentido, o Estado perde força neste período, por conta do novo receituário vigente nas políticas adotadas. Observa-se mais uma vez, que a década de 1990 é marcada por um fortalecimento do mercado em detrimento do poder de ação do Estado.

Como salientado, um dos aspectos presentes no receituário neoliberal é a defesa das privatizações. Através destas, a economia ganha maior eficiência na concepção dos seus defensores. Na opinião de quem defende a utilização das privatizações, além de desonerar os gastos do Estado, as empresas privatizadas ganham maior produtividade diante do interesse privado pela obtenção de lucro.

A partir da década de 1990, o processo de privatizações se acentuou, com os governos adotando esta prática, transferindo diversas empresas, inclusive grandes grupos à iniciativa privada. As privatizações eram defendidas por blocos de interesse dos grandes grupos nacionais e estrangeiros. Uma característica deste processo foi a forte concentração presente no processo de aquisições. De acordo com Boito Jr,

A privatização, nessa nova fase do capitalismo brasileiro, atende diretamente aos interesses dos grandes grupos econômicos privados, ou seja, do conjunto do grande capital – nacional ou estrangeiro, industrial ou financeiro. Já a média burguesia permaneceu, devido às regras estabelecidas pelo Estado brasileiro para o processo de privatização, excluída do grande negócio que foram os leilões de empresas estatais. Menos de 100 grandes grupos econômicos privados apoderaram-se da quase totalidade das empresas estatais que foram a leilão [...] (BOITO JR, 2007, p. 61)

Desta forma, as privatizações foram um dos aspectos principais do neoliberalismo adotado no Brasil. Como salientado, este processo beneficiou as camadas mais poderosas da sociedade brasileira.

Como observado através dos autores explorados a expressão do neoliberalismo na década de 1990 é caracterizada por diversos aspectos como: enfraquecimento do Estado, abertura comercial, privatizações, piora na distribuição de renda, piora na condição de vida da

classe trabalhadora, fortalecimento de grupos nacionais e estrangeiros ligados ao setor privado. Estes são alguns dos principais consequências do neoliberalismo aplicado no Brasil a partir do governo Collor.

Diante disso, é conveniente analisar o neoliberalismo aplicado por parte de alguns governos. Neste sentido, três presidentes podem ser mencionados: Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

3.2 Experiência neoliberal no governo Collor

As ideias neoliberais começaram a ganhar força neste país, principalmente a partir do governo de Fernando Collor de Mello¹¹, que teve seu mandato entre 1990 e 1992. As ações econômicas em seu governo contribuíram para uma maior utilização do receituário neoliberal no país. Este presidente adotou diversas medidas que tinham muito dos preceitos da doutrina econômica neoliberal. Com relação à esta força da ideologia neoliberal no país neste governo, Negrão (1996) destaca,

Se no Brasil o neoliberalismo vinha aos poucos ganhando espaço como alternativa política à crise, é no período Collor que efetivamente ele se torna a ideologia dominante entre os setores do capital, dos partidos políticos conservadores e do centro do espectro político, da grande imprensa brasileira e mesmo de setores significativos do pequeno e médio empresariado e, especialmente, daquela parcela do movimento organizado dos trabalhadores identificada com a Força Sindical. Teve início o processo de privatização das estatais, o Brasil abriu sua economia para o capital estrangeiro e o mercado passou a ser o grande agente organizador da Nação, enquanto os trabalhadores, como classe, começaram a sofrer um bombardeio incessante em seus direitos. (NEGRÃO, 1996, p. 7)

Observa-se assim, que para Negrão (1996) houve uma aplicação mais clara das medidas de cunho neoliberal na economia brasileira na década de 1990, apoiado inicialmente na gestão deste presidente. Verifica-se que o governo Collor tem um papel importante para a aplicação do receituário neoliberal de forma mais acentuada no Brasil; neste governo o programa neoliberal ganha força e aplicabilidade na nação brasileira.

Ainda se tratando do governo do presidente Collor como contribuição para o avanço da doutrina econômica neoliberal no país, Filgueiras (1997, p. 911) apresenta a seguinte afirmação: “no Brasil, em particular, a força dos movimentos sociais e trabalhistas, numa rota

¹¹ Collor foi o primeiro presidente eleito diretamente após o fim do regime militar

de ascensão durante toda a década de 80, impediu a implementação da agenda neoliberal, que só começou a ser efetivada, de fato, a partir do Governo Collor.” Observa-se que o autor citado também defende o ponto de vista dos autores que concordam que houve um avanço de práticas neoliberais no Brasil a partir do governo de Collor.

Ainda com relação ao neoliberalismo no governo Collor, Filgueiras (2000) faz algumas considerações que reforçam o argumento de que o neoliberalismo no Brasil se inicia de fato na gestão deste presidente:

O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da “Era Liberal” no Brasil. Até então, apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, durante o Governo Sarney, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor quanto do Governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos (FILGUEIRAS, 2000, p. 83-84 apud FILGUEIRAS, 2006, p. 182-183)

Observa-se assim, que o governo Collor dá um passo importante para a utilização das propostas neoliberais no país. Suas iniciativas serviram como ponto de partida para a força deste receituário no Brasil.

Outros autores apresentam opiniões com relação à orientação do governo Collor. Fagnani (2011) afirma que este governo foi marcado por uma agenda de reformas liberalizantes, visando à revisão de alguns pontos da Constituição de 1988. Este processo foi interrompido por sua saída precoce decorrente do impeachment que sofreu. Desta forma, para Fagnani (2011), o governo Collor utilizou bastante o receituário neoliberal ao longo de seu mandato.

Ainda se referindo ao governo Collor, Oliva (2010) argumenta que o neoliberalismo encontrou dificuldade de aplicação diante das condições políticas e econômicas do período.

Os processos de abertura comercial e financeira e de desregulamentação da economia, que marcam o início do experimento neoliberal no Brasil, foram lançados pela administração Collor, em 1990, com a abertura da conta de capitais do balanço de pagamentos e a redução das tarifas de importação. Porém, a experiência desastrosa de política econômica da equipe de Zélia Cardoso de Mello, associada à força política e parlamentar da oposição de esquerda e ao dinamismo dos movimentos sociais, constituíram um poderoso

obstáculo à tentativa do governo Collor de implantar a agenda neoliberal no Brasil. (OLIVA, 2010, p. 77)

Observa-se que apesar do neoliberalismo estar presente em algumas ações do governo Collor, sua abrangência foi limitada diante do cenário existente no período em que este presidente governou o Brasil.

Outros governos posteriores a Collor também se destacam na aplicação do neoliberalismo. Muitos teóricos defendem que houve práticas neoliberais nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (principalmente em seu primeiro mandato). Esta discussão será desenvolvida nas próximas seções.

3.3 O neoliberalismo no governo FHC

O projeto neoliberal no Brasil é caracterizado por fases, que se inicia no governo Collor e se estende aos outros governos. No que se refere a este aspecto, Filgueiras nos diz,

Esse processo, de implantação e evolução do projeto neoliberal, passou por, pelo menos, três momentos distintos, desde o início da década de 1990, quais sejam: uma fase inicial, bastante turbulenta, de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula). (FILGUEIRAS, 2006, p. 186)

Neste período, as ideias neoliberais começaram a ganhar força no país, se estendendo para os governos posteriores ao de Collor. Um governo que se destaca nesse sentido é o de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), que também deu continuidade a aplicação de medidas neoliberais, sobretudo, em seu primeiro mandato. Para Oliva,

A agenda neoliberal, em sua concepção mais ampla, foi retomada por aquele presidente que, especialmente em seu primeiro mandato, impulsionou, de forma acelerada, as reformas econômicas destinadas a estabelecer a primazia absoluta do mercado e remover as restrições à inserção do país no processo de globalização: abertura comercial ampla e irrestrita, acentuada pela sobrevalorização da taxa de câmbio; remoção das restrições à livre movimentação do capital estrangeiro; privatização das empresas e serviços públicos e fragilização da capacidade de regulação e apoio ao crescimento

do Estado, com mudanças conceituais sobre seu papel na economia e a criação de agências reguladoras descentralizadas; e desregulamentação geral da atividade econômica e abertura do sistema financeiro. (OLIVA, 2010, p. 78)

Verifica-se que o governo FHC é marcado por um avanço de práticas neoliberais na sociedade brasileira. No governo deste presidente, diversas medidas em alinhamento com as propostas neoliberais foram adotadas.

As políticas implementadas por este presidente também foram influenciadas pelas recomendações presentes no Consenso de Washington. Como foi visto no capítulo anterior, estas recomendações levantavam a necessidade de reformas estruturais do Estado. Sobre a política econômica de FHC, Behring afirma o seguinte:

A política econômica do então Presidente foi claramente norteadada pelo já mencionado pacote resultante do Consenso de Washington. Empunhando as bandeiras do controle da inflação e estabilização da moeda, o Presidente Fernando Henrique Cardoso promoveu a abertura comercial do Brasil, autorizou a livre circulação de capitais estrangeiros e aumentou a taxa de juros a índices excessivos. É possível resumir as consequências da adoção da cartilha neoliberal em vulnerabilidade, ataques especulativos, endividamento público e privado e desemprego estrutural. (BEHRING, 2003 apud PILONI, 2009, p. 8)

Observa-se assim, que muitas medidas adotadas no governo FHC, são negativas (aumento da dívida pública, aumento do desemprego, etc) na opinião de alguns estudiosos que abordam este período da história do Brasil.

Um dos aspectos que se acentuaram neste governo foi o processo de centralização do capital, bastante influenciado pelos efeitos das medidas com base neoliberal aplicadas neste governo. Filgueiras destaca que:

[...] os processos de abertura comercial e financeira e de privatização – acompanhados, durante o primeiro Governo FHC, por uma política cambial de sobrevalorização do real – levaram a um movimento impressionante de centralização de capitais, através de aquisições, incorporações e fusões, concomitantemente a uma maior desnacionalização e internacionalização da economia brasileira. (FILGUEIRAS, 2006, p. 190)

Observa-se assim, alguns efeitos das políticas neoliberais no país, que associado ao processo de valorização da moeda nacional, também acarretaram numa internacionalização de nossa economia.

Apesar do governo FHC apresentar ênfase na agenda neoliberal, existem autores que defendem que houve um certo grau de desenvolvimento no período. Nesse sentido, Bresser-Pereira e Thauer (2012) afirmam:

Uma vez eleito presidente, entretanto, ele também sucumbiu às ideias neoliberais, exceto na área social onde desenvolveu uma agenda social-democrata. Em sua administração (1995-2002), dois modelos econômicos estavam competindo dentro do próprio governo: o modelo neoliberal e um modelo desenvolvimentista. (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012, p. 818)

Desta forma, as ações do governo FHC apresentavam alinhamento com as propostas neoliberais, diante das ações implementadas. Porém, na visão destes autores citados, houve também no país ações que visavam o desenvolvimento na era FHC.

Um dos aspectos do desenvolvimento se refere a área social. Alguns autores questionam o argumento que a área social foi deixada de lado no governo FHC. Para Giambiagi e Moreira (2000) é superficial a análise de alguns autores que desconsideram alguns avanços sociais na gestão de FHC.

Que nesse contexto se afirme que o governo “não deu atenção ao social” e “só se preocupou com o ajuste fiscal”, em uma conjuntura em que, até 1998, o resultado primário das contas fiscais se deteriorou rapidamente, é apenas indicativo de como o debate econômico e político encontra-se fora de foco. (GIAMBIAGI; MOREIRA, 2000, p. 184-185)

Desta forma, o debate sobre as ações do governo FHC deve ser tratado por diversos pontos de vista, com diferentes posicionamentos políticos, o que torna rico o debate sobre as ações implementadas neste período.

Assim, as medidas favoráveis ao capital foram mais evidentes em seu governo. Alguns autores como, por exemplo, o Bresser-Pereira defendem que houve desenvolvimento de sua gestão. Porém, o que se observa de forma expressiva em seu mandato foram as medidas com base neoliberal, com a questão desenvolvimentista sendo deixada de lado.

Um aspecto marcante de seu governo foi o avanço das privatizações no país. Esta recomendação dos neoliberais foi bastante aplicada no governo FHC. Um fato que deve ser mencionado diz respeito às particularidades deste processo.

Este processo é paradoxal, pois a transferência de empresas para o setor privado se dá com uma ajuda expressiva do Estado, através, principalmente, de subsídios e financiamentos. Para Paulani,

[...] o processo brasileiro de privatização, que começou em 1990 e teve seu pico no primeiro reinado de FHC, é paradigmático. Por meio dele não só se abriram à acumulação privada suculentos espaços de acumulação, como, em muitos casos, se fez isso com dinheiro público (do BNDES), emprestado aos “compradores” (e às vezes não pago, como no conhecido caso da Eletropaulo/Enron) a juros subsidiados. Além disso, os preços desses ativos foram subavaliados pelo Estado, e o ágio elevado que naturalmente apareceu - dada a concorrência por estes setores, os serviços industriais de utilidade pública, que são filé mignon da acumulação produtiva no mundo - está sendo devolvido aos compradores por meio de isenção fiscal que dura o tempo necessário para compensar o ágio. (PAULANI, 2008, p. 121)

Observa-se que o governo, além de transferir empresas para o setor privado, ajudou de forma significativa neste processo, facilitando o processo de privatizações na sociedade brasileira.

Para Fagnani (2011) o governo FHC se caracterizou por uma política econômica ortodoxa, com políticas que se alinhavam as ideias neoliberais. As políticas adotadas geraram consequências negativas para o lado social, com exemplos como a desorganização do mundo do trabalho, limites para os gastos sociais em sua gestão. Observa-se que o neoliberalismo também influenciou as ações econômicas da gestão de FHC de acordo com o abordado por Fagnani (2011).

O neoliberalismo no Brasil sofreu resistência por parte de alguns atores da sociedade, com destaque para os diversos movimentos sociais. De acordo com Sader (2013, p. 137) “tivemos então um neoliberalismo tardio com o governo FHC, que, além disso, ainda teve de enfrentar fortes resistências políticas e populares, protagonizadas por partidos de esquerda e movimentos sociais”.

Observa-se assim, que o governo FHC é marcado pela utilização de práticas neoliberais de forma acentuada. Apesar de opiniões que divergem deste aspecto, no governo FHC a doutrina neoliberal ganha força e aplicabilidade.

Após o debate sobre o neoliberalismo no governo FHC, a próxima seção é dedicada ao debate sobre a continuidade ou não de práticas neoliberais no governo posterior (Luís Inácio Lula da Silva).

3.4 O governo Lula: (2003-2006)

O governo posterior ao de FHC foi o de Luís Inácio Lula da Silva. Para alguns autores este governo deu prosseguimento a práticas neoliberais, sobretudo, em seu primeiro mandato. Outros autores defendem que apesar da política macroeconômica do início do seu mandato, pouca coisa restou do neoliberalismo no país.

Desta forma, apresenta-se o debate sobre a aplicação do neoliberalismo no Brasil neste período, no governo de um partidário¹² que era contrário a práticas neoliberais em seu discurso antes de assumir o poder.

Como dito, alguns autores defendem que houve continuidade de muitos princípios neoliberais no país. Um dos argumentos levantados é a contradição entre o que era defendido pelo partido do presidente Lula e a aplicação de medidas de cunho neoliberal durante seu mandato. Com relação à este aspecto, Paulani destaca o seguinte:

No caso do Brasil, essa submissão foi completa; tão completa que mesmo um governo pilotado por um partido operário nascido de baixo para cima, da árdua luta dos trabalhadores, foi incapaz de escapar dela. (PAULANI, 2008, p. 139)

Observa-se assim, a visão que o partido do presidente Lula deu continuidade a muitos dos preceitos neoliberais, agindo de acordo com os interesses do mercado em sua gestão.

Para Fagnani (2011), em seu primeiro mandato (2003-2006) Lula não trouxe avanços significativos para o desenvolvimento social, com suas políticas orientadas em sua maioria para o mercado. De acordo com este,

A mesma orientação da era FHC - controle inflacionário por meio de taxa de juros elevada, superávit primário e restrição ao gasto público - seguiu até 2005, mantendo um ambiente econômico recessivo, que continuou colocando limites ao desenvolvimento social. (FAGNANI, 2011, p. 5)

Observa-se assim, que para este autor, os primeiros anos do governo Lula não se diferenciaram muito em relação à gestão anterior, fator influenciado pelo cenário econômico do período, e das medidas adotadas que deixavam em segundo plano a questão do desenvolvimento.

¹² Luís Inácio da Silva apresentava críticas aos governos anteriores à sua gestão, criticando, dentre outras coisas, as políticas com fundamentação no neoliberalismo.

Nesse sentido, Fagnani (2011) defende que o governo Lula neste período deu bastante atenção aos interesses do mercado, trazendo consigo alguns aspectos do neoliberalismo (restrição dos gastos sociais, e diminuição da força da classe trabalhadora). Estes aspectos são influenciados pela política econômica adotada em consonância com os interesses do mercado.

De acordo com Fagnani (2011), outro aspecto do primeiro mandato de Lula foi a defesa de políticas sociais focalizadas, havendo também um alinhamento com propostas neoliberais. Para Fagnani, muitos aspectos da primeira gestão de Lula continham elementos das propostas neoliberais.

Outro autor que pode ser incluído neste debate é Filgueiras. Este autor destaca que: “[...] com o abandono do programa histórico do PT, de caráter social-democrata-nacional-popular, e com a manutenção do programa e das políticas neoliberais, o Governo Lula evitou enfrentamentos com o bloco dominante, governando com e para ele.” (FILGUEIRAS, 2006, p. 186). Observa-se que as pressões políticas exercidas sobre seu governo influenciaram a sua orientação. Ainda se referindo ao primeiro governo de Lula, este dá prosseguimento ao programa neoliberal com diversas medidas que caracterizam este fato, na opinião de Filgueiras:

Em particular, o Governo Lula deu prosseguimento (radicalizando) à política econômica implementada pelo segundo Governo FHC, a partir da crise cambial de janeiro de 1999: metas de inflação reduzidas, perseguidas por meio da fixação de taxas de juros elevadíssimas; regime de câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB nacional. Adicionalmente, recolocou na ordem do dia a continuação das reformas neoliberais — implementando uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas—, além de alterar a Constituição para facilitar o encaminhamento, posterior, da proposta de independência do Banco Central e dar sequência a uma nova fase das privatizações, com a aprovação das chamadas Parcerias Público-Privado (PPP), no intuito de melhorar a infraestrutura do país — uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investir do Estado. (FILGUEIRAS, 2006, p. 186)

Através da observação das medidas adotadas durante o governo Lula, vê-se que para Filgueiras (2006) apesar dos avanços sociais (através de alguns programas sociais e de uma melhoria no padrão de vida da população com renda menor), o governo Lula aplicou diversas medidas de cunho neoliberal em seu primeiro mandato, beneficiando, na maioria das vezes, as classes privilegiadas socialmente.

Outro autor que compartilha da opinião que houve muitas características do neoliberalismo no primeiro mandato de Lula é Boito Jr. Fazendo uma análise do início do

governo Lula, Boito Jr (2003) argumenta que apesar da expectativa de muitos da mudança de orientação do governo Lula, este governo manteve muitos aspectos de cunho neoliberal verificado em gestões anteriores (abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários).

Em contraponto com os autores anteriormente citados, que defendem que houve forte presença do neoliberalismo no primeiro governo Lula, Mattoso (2013) discorda do argumento que houve orientação neoliberal no primeiro governo Lula. Para este autor o governo Lula, apesar de manter uma política econômica conservadora num primeiro momento, avançou bastante no que se refere ao desenvolvimento da nação, com as políticas sociais tendo bastante atenção.

Após a posse do primeiro governo Lula, houve o indispensável combate ao ataque especulativo iniciado em 2002, com duras medidas visando recuperar o controle da situação macroeconômica: elevação dos juros, maior controle fiscal e minirreformas tributária e previdenciária. Felizmente, não foi só isso, ainda que alguns o desejassem a partir de crenças compartilhadas com o neoliberalismo. Mas se assim tivesse sido, teríamos apenas repetido o desempenho macroeconômico do pos-1994, com controle inflacionário, mas com crescimento pífio e acentuada vulnerabilidade externa.

Em paralelo as políticas macroeconômicas *strictu sensu*, foram introduzidas desde 2003 modificações importantes em um conjunto de outras políticas e ações públicas no campo social, das relações exteriores, da democratização do acesso ao crédito (com o crédito consignado e a bancarização) e do combate à pobreza [...] (MATTOSO, 2013, p. 112)

Observa-se assim a defesa das políticas do governo Lula, divergindo da opinião de alguns teóricos que defendem que o governo Lula deu continuidade a diversos princípios neoliberais em sua gestão.

Outro autor que discorda que houve orientação neoliberal no Brasil deste período é Sader (2013), que afirma que diversos aspectos diferenciam a gestão Lula de seu antecessor (maior prioridade para políticas sociais, papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, dentre outros aspectos). Este autor concorda que a política econômica do início do mandato de Lula foi conservadora, mas justifica como necessária diante do cenário econômico que havia no início de sua gestão). Ele ainda acrescenta: “De forma coerente com a Carta aos Brasileiros, Lula nomeou uma equipe econômica conservadora e tomou medidas preventivas, um duro ajuste fiscal, com o objetivo de evitar os riscos inflacionários e de fuga de capitais.” (SADER, 2013, p. 140)

Observa-se que Sader (2013) justifica a política adotada no primeiro governo Lula como importante diante da realidade que se apresentava. Além desta justificativa, Sader (2013) defende o governo Lula e ressalta o papel ativo do governo neste período, principalmente na defesa dos avanços sociais verificados na sociedade brasileira.

Este autor ainda caracteriza o governo Lula como pós-neoliberal, o que ajuda a reforçar a linha dos autores que discordam quanto à natureza neoliberal das políticas adotadas por Lula.

Desta forma, o debate sobre o primeiro governo Lula é marcado por diversos argumentos sobre sua orientação. Como observado, para alguns o neoliberalismo continuou muito presente no início de seu governo; para outros autores, o neoliberalismo perde sua força no governo Lula.

3.5 Segundo mandato de Lula (2007-2010)

Em seu segundo mandato, observa-se uma mudança no que se refere à aplicação do neoliberalismo. Um dos motivos se expressa na maior atenção ao aspecto do desenvolvimento. A partir deste período, ações de cunho desenvolvimentista foram mais presentes no governo Lula. Diversos autores nessa linha, defendem que houve mudanças na orientação das políticas adotadas no segundo mandato deste presidente.

Neste sentido, Fagnani (2011, p. 15) evidencia que: “no campo político e ideológico emergiu um cenário favorável para a ampliação do papel do Estado na economia e na regulação dos mercados.” Observa-se uma postura mais presente do Estado a partir deste período, com o desenvolvimento tendo uma atenção maior do que na primeira gestão do presidente Lula.

Observa-se que, para Fagnani (2011), este período da economia brasileira é marcado por avanços de cunho desenvolvimentista. Este novo cenário se refletiu na melhoria de dados sociais em diversos setores da sociedade (seguridade social, mercado de trabalho, habitação, dentre outros).

Em conformidade com o argumento que o neoliberalismo perde força neste período, outros autores podem ser apresentados. Um destes é Pochmann (2010), que ressalta o aspecto desenvolvimentista da gestão de Lula, muito baseado em suas políticas utilizadas, no qual a retomada do projeto de desenvolvimento é fato marcante em sua gestão.

Para Pochmann (2013) o governo Lula é marcado por melhorias em diversos aspectos como aumento da renda per capita, diminuição do desemprego, diminuição da desigualdade social, dentre outros aspectos positivos.

As políticas adotadas no governo Lula foram essenciais para a melhoria de diversos indicadores da economia brasileira na visão de Pochmann (2013):

Nesse sentido, a recuperação do papel do Estado [...] se mostrou essencial para que o Brasil pudesse retornar a luta pela superação do subdesenvolvimento, e os resultados positivos começaram rapidamente a aparecer com o crescimento econômico duas vezes maior que na década de 1990 (com a consequente recuperação de posições no *ranking* do PIB mundial), combinado com a redistribuição da renda, sobretudo na base da pirâmide social, e a elevação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional. (POCHMANN, 2013, p. 154)

Desta forma, o governo Lula foi marcado por uma melhoria significativa de diversos aspectos da economia brasileira para este autor. Pochmann (2013) utiliza os dados favoráveis como argumento de que Lula adotou um governo “pós-neoliberal.”

Com relação aos efeitos das políticas adotadas sobre a economia este autor ainda ressalta que houve um maior dinamismo econômico consequente da melhoria de poder aquisitivo de uma boa parcela da população brasileira. De acordo com Pochmann (2013, p. 155) “assim, o gasto social, ao mesmo tempo em que representa uma ferramenta fundamental na promoção da coesão da sociedade brasileira, torna-se cada vez mais o multiplicador da incorporação pelo mercado de consumo.

Quando há uma comparação com as abordagens sobre o neoliberalismo feitas anteriormente, esse período se caracteriza por um retrocesso das recomendações neoliberais pelo país. Um dos motivos para esta nova realidade é a maior atenção ao aspecto do desenvolvimento no país, e a presença maior do Estado nas ações econômicas.

Outro fator que contribuiu para a diminuição da força neoliberal foi a crise financeira de 2008, que por conta de seus efeitos, reduziu a defesa da liberdade de mercado, com o governo atuando de forma expressiva na economia com vistas a reduzir os impactos negativos que a crise ocasionou na nação.

Nesse sentido, Filgueiras (2012, p. 3) afirma: “a crise econômica de 2008 contribuiu, mais do que as crises dos países e regiões periféricas – México, Ásia, Rússia, Brasil (duas vezes) e Argentina —, para deslegitimar o projeto neoliberal.”

Observa-se assim, que Filgueiras, que defende o argumento de que houve práticas neoliberais no primeiro mandato de Lula, nos mostra que a doutrina neoliberal perdeu força

no segundo mandato; aspecto influenciado, dentre outras coisas, pela conjuntura econômica do período. Para este autor, a conjuntura econômica foi de grande relevância para as políticas adotadas no governo Lula.

Ainda com relação à crise de 2008, Sader (2013) nos diz que esta contribuiu para fortalecer o papel do Estado na economia brasileira. “A crise de 2008 consolidou o papel ativo do Estado, com políticas anticíclicas, que permitiram resistir os influxos recessivos que vieram dos países do centro do sistema.” (SADER, 2013, p. 141)

Observa-se que o cenário econômico do período ajudou a favorecer o papel do Estado na economia brasileira. Além deste aspecto, houve uma maior participação do governo no segundo mandato (através de políticas sociais, melhorias no mercado de trabalho, etc.) como evidenciado anteriormente.

Com relação às políticas econômicas adotadas em seu segundo mandato, houve uma maior flexibilização em suas ações, diferenciando-se do primeiro mandato. De acordo com Teixeira e Pinto (2012),

No segundo governo Lula, verificou-se certa flexibilização da política econômica por meio (i) da adoção de medidas voltadas à ampliação do crédito ao consumidor e ao mutuário, (ii) do aumento real no salário mínimo, (iii) da adoção de programas de transferência de renda direta, (iv) da criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado e (v) das medidas anticíclicas de combate à crise internacional a partir de 2009. (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 923)

Observa-se assim, que o segundo governo Lula é marcado por uma maior flexibilização nas políticas adotadas, diferenciando um pouco da política ortodoxa verificada em seu primeiro mandato. Suas políticas adotadas estimularam a economia e melhoraram aspectos como a melhoria na renda da população.

A melhoria de dados econômicos e sociais conferiram bastante popularidade ao presidente Lula, com este atingindo índices de aprovação elevados ao final de seu segundo mandato.

Outro ponto de vista pode ser incluído no debate. Para Filgueiras, et al há uma continuação no Brasil do modelo liberal-periférico¹³. Neste caso, para estes autores, os resultados melhores do governo Lula se devem principalmente à conjuntura internacional que

¹³ Para Filgueiras (2006, p. 179) o modelo econômico neoliberal periférico é resultado da forma como o projeto neoliberal se configurou, a partir da estrutura econômica anterior do país, e que é diferente das dos demais países da América Latina, embora todos eles tenham em comum o caráter periférico e, portanto, subordinado ao imperialismo.

favoreceu o desempenho da economia e permitiram uma flexibilização nas políticas adotadas em seu governo. Para Filgueiras, et al:

Assim, o que caracteriza o período de Lula como presidente da República são a consolidação e o fortalecimento do Modelo Liberal-Periférico que se constituiu a partir da crise e esgotamento do Modelo de Substituição de Importações. [...] A melhora dos indicadores macroeconômicos no período, decorrente, sobretudo, da conjuntura econômica internacional favorável, acompanhada pela flexibilização da política econômica, vem se constituindo em fator fundamental de legitimação desse modelo e de sua política macroeconômica, contribuindo decisivamente para a consolidação da hegemonia – no sentido preciso de Gramsci – das frações financeiro exportadoras do capital e dos grandes grupos econômicos privados e estatais nacionais. (FILGUEIRAS, et al, 2010, p. 39)

Observa-se assim, um ponto de vista que atribui os resultados econômicos favoráveis do governo Lula ao cenário econômico do período.

O debate sobre o segundo governo Lula é extenso, e desta maneira, houve uma maior atenção ao aspecto da participação mais ativa do Estado na economia brasileira nesta seção. Diante do abordado, verifica-se um balanço positivo do governo Lula na visão de alguns autores, principalmente no que se refere aos aspectos sociais da nação.

Ainda sobre o papel mais ativo do Estado na economia brasileira, este impulsionou o crescimento econômico, através de estímulos, como, por exemplo, investimentos em diversos setores (habitação, indústria, etc.).

Desta forma, o neoliberalismo tem sua força diminuída neste período, fato evidenciado na maior atuação do Estado na economia. Um exemplo bastante citado por autores refere-se à melhoria do aspecto social verificado na sociedade brasileira do período em questão. Observa-se que o segundo mandato de Lula é marcado pelo enfraquecimento do neoliberalismo no país, com o Estado tendo um papel mais ativo na economia brasileira.

Como observado, o segundo governo Lula é marcado por um enfraquecimento do neoliberalismo, com o Estado atuando de forma mais expressiva na economia, e dados relacionados ao desenvolvimento da nação sendo melhorados. Desta forma, o segundo mandato deste presidente se diferencia do primeiro, como evidenciado pelas informações apresentadas neste capítulo.

3.6 Uma breve análise do debate sobre o neoliberalismo no Brasil

A partir do que foi exposto nos três governos analisados, observa-se a expressão do neoliberalismo no país neste período. O governo Collor, como observado, inicia o uso de práticas neoliberais.

Características como: o uso de privatizações, abertura da economia ao capital estrangeiro, diminuição da força da classe trabalhadora, são alguns dos principais padrões identificados em seu governo.

A influência neoliberal só não atingiu força maior, por conta da Constituição de 1988 e da saída precoce deste presidente. Desta forma, este governo é marcado por avanços iniciais de práticas neoliberais na nação brasileira.

Já o governo FHC é marcado por uma aplicação mais efetiva de práticas neoliberais. Como salientado, neste governo há uma ampliação e consolidação do neoliberalismo no país. Como mencionado por Piloni (2009) este presidente promoveu a abertura comercial do Brasil, autorizou a livre circulação de capitais estrangeiros no país, aumentou a taxa de juros de forma expressiva. Estas ações trouxeram como algumas de suas consequências, maior vulnerabilidade da economia e maior desemprego estrutural.

Como salientado por Filgueiras (2006), neste período, houve um processo de centralização de capitais, decorrentes principalmente do amplo processo de privatizações do período.

No que se refere ao processo de privatizações, uma peculiaridade foi ressaltada por Paulani (2008) que foram as facilidades que o governo ofereceu para os compradores, como empréstimos a juros subsidiados.

Com relação aos aspectos sociais, Fagnani (2011) aborda que houve consequências negativas, pois as medidas neoliberais impactam na distribuição de renda e no mercado de trabalho.

Observa-se que no governo FHC, o neoliberalismo ganha força, com a adoção de diversas medidas em alinhamento com as propostas desta doutrina econômica.

O terceiro governo analisado foi o de Luís Inácio da Silva que governou o país no período de 2003 a 2010. A partir do debate de diversos autores ao longo do trabalho observa-se diferentes pontos de vistas colocados pelos autores.

Para alguns, o neoliberalismo ainda apresenta força em seu governo e para outros seu ímpeto diminui na gestão deste presidente. Alguns autores argumentam que houve práticas neoliberais, principalmente em seu primeiro mandato. Autores como Paulani (2008), Fagnani

(2011), Filgueiras (2006) são alguns exemplos de autores que foram utilizados para evidenciar o argumento do prosseguimento de práticas neoliberais no país.

Em contraposição, alguns autores discordam quanto à orientação neoliberal no governo Lula. Para trazer este posicionamento, Mattoso (2013) e Sader (2013) foram mencionados, pois defendem a posição do enfraquecimento do neoliberalismo já nos primeiros anos em que Lula esteve à frente da presidência.

No que se refere ao segundo mandato deste presidente muitos autores defendem que houve uma mudança de orientação, com o Estado mais presente na economia e com o neoliberalismo perdendo força em seu segundo governo.

Autores que defendiam que houve força do neoliberalismo no primeiro mandato, reconhecem a mudança verificada no seu segundo governo. Autores como Fagnani (2011) reconhecem a mudança de orientação em seu segundo mandato. Outros autores citados podem ser mencionados como Pochmann (2013) e Sader (2013), com a ressalva que estes autores já observavam um enfraquecimento do neoliberalismo já no primeiro mandato de Lula.

Como mencionado, há também a argumentação de que os avanços obtidos em sua segunda gestão foram muito favorecidos pela conjuntura internacional do período, o que permitiu uma flexibilização em suas políticas adotadas.

Como observado no debate sobre os três governos analisados, a discussão é rica e marcada por diferentes pontos de vista e posicionamentos políticos. Verifica-se que o neoliberalismo exerceu influência nas ações econômicas destes governos, sobretudo, no governo FHC, onde se observa uma aplicação mais efetiva das recomendações neoliberais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho trouxe o entendimento que o debate sobre o neoliberalismo no Brasil é marcado por diversos pontos de vista, dentro dos governos analisados. Estes três governos (Collor, FHC e Lula) foram marcados por diferentes níveis de aplicação das recomendações neoliberais no país.

Amparado por uma boa base teórica, o trabalho se ateve ao problema de pesquisa, que era o debate sobre as formas de expressão das ideias neoliberais e sua influência na economia brasileira a partir da década de 1990. A compreensão dos princípios neoliberais abordada no primeiro capítulo deste trabalho foi importante para uma discussão com uma maior clareza a respeito das principais características desta doutrina.

A abordagem sobre a aplicação do neoliberalismo em diversas nações evidenciado no segundo capítulo também contribuiu para a observação de como esta doutrina alcançou importância e influência pelo mundo. Nesta etapa do trabalho, buscou-se inicialmente o entendimento de como se deu o surgimento das ideias neoliberais. Buscou-se também, tratar sobre sua influência em diversos países do mundo, sobretudo, a partir da década de 1980.

Após esta sequência de fatos abordada, chegou-se ao terceiro capítulo e a discussão da expressão neoliberal na nação brasileira. Para este propósito, três governos foram tratados no decorrer da pesquisa (Collor, FHC e Lula).

Através da análise dos argumentos de diferentes autores sobre os governos e da associação com os preceitos neoliberais tratados na parte inicial do trabalho, permite-se concluir que o neoliberalismo exerceu influência significativa na economia brasileira (principalmente nos governos Collor e FHC).

A pesquisa desenvolvida atingiu o objetivo traçado, que era abordar o grau de aplicação do neoliberalismo no Brasil nos governos Collor, FHC e Lula. Através das pesquisas constatou-se que após um período de força das ideias neoliberais no país na década de 1990, este ímpeto perde força, a partir da década de 2000, sobretudo, no segundo mandato de Lula.

Desta forma, o debate sobre o neoliberalismo no país revelou-se importante para um maior entendimento desta doutrina econômica e sua influência nas ações econômicas adotadas no Brasil a partir da década de 1990.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. O Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AUGUSTIN, André Coutinho. O neoliberalismo e seu impacto na política cultural brasileira. In: Seminário Internacional Políticas Culturais, 2, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Fundação Casa de Rui Barbosa/Ministério da Cultura, 2011. Disponível em <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_AndreAugustin_O_neoliberalismo_e_seu_impacto_na_politica_cultural_brasil.pdf> Acesso em 02 de abril de 2013.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo, Set. 1994. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf> Acesso em 28 de maio de 2013.
- BOITO JR, Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista de Sociologia e Política**, nº 28, p. 57-73, Jun. 2007.
- BOITO JR, Armando. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, Editora Brasiliense, n. 3, 1996
- BOITO JR, Armando. Hegemonia neoliberal no governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, n.17, Editora Revan, Rio de Janeiro, n. 17, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. Um estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 811-829, dez. 2012.
- BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Globalização e neoliberalismo: os mitos de uma (pretensa) nova sociedade. In: MALAGUTI, M.L; CARCANHOLO, R.A; CARCANHOLO, M.D. (Orgs.). **A Quem Pertence o Amanhã?** Ensaios sobre o neoliberalismo. São Paulo: Ed. Loyola: 1997.
- CARVALHO, André Roncaglia de. O conceito de individualismo metodológico de Hayek revisitado. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 26, n. 50, p. 83-109, set. 2008.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, Nº 24, São Paulo,1991. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf>>. Acesso em 16 de outubro de 2012.

FAGNANI, Eduardo. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Texto para discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 192, jun. 2011. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3105&tp=a>> Acesso em 10 de abril de 2013.

FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômico**: de Lao tse a Robert Lucas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FILGUEIRAS, Luiz A. M; OLIVEIRA, E. M. G. **A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro**. In: XVII Encontro Nacional de Economia Política, 2012, Rio de Janeiro. XVII Encontro Nacional de Economia Política, 2012. Disponível em < <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2148&title=A+natureza+do+atual+padr%C3%A3o+de+desenvolvimento+brasileiro.> > Acesso em 28 de junho de 2013.

FILGUEIRAS, Luiz A. M, et al. Modelo liberal periférico e bloco no poder. In: **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico: 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires, CLACSO, Agosto 2006.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. **Cadernos do CEAS**, 1997. Disponível em < <http://www.cefetsp.br/edu/eso/neoglobalismo.pdf>> Acesso em 31 de janeiro de 2013.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FRITSCH, Winston. Prefácio. In: SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: uma investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. **Escola SA**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

GIAMBIAGI, Fábio; MOREIRA, Maurício Mesquita. Políticas Neoliberais? Mas o que É o Neoliberalismo? **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 7, N. 13, p. 171-190, jun. 2000.

HAYEK, Friedrich. **Desestatização do dinheiro**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1986.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

HUNT. E K. **História do pensamento econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

MATTOSO, Jorge. Dez anos depois.... In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

MELLO FILHO, Marcelo Bandeira Soares de. Economia política da era Reagan: corporações, ideologia neoliberal, políticas fiscal e tributária. **Revista Oikos**, Vol 10, Nº 2, Rio de Janeiro, 2011.

MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo: de onde vem, pra onde vai?** São Paulo: Sena, 2001. Disponível em: <http://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf>. Acesso em 29 de agosto de 2012.

NEGRÃO, João José de Oliveira. **O governo FHC e o neoliberalismo**. PUC – SP, 1996. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf> Acesso em 05 de fevereiro de 2013.

OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo-desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. Tese de doutorado (Ciências Econômicas – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP). Campinas, 2010.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PILONI, Thiago. Constituição Federal, direitos sociais e a ofensiva neoliberal. In: **Encontro nacional de política social**, 4, UFES, 2009.

POCHMANN, Marcio. Herança econômica. **Revista Cult**, n. 148, ano 13, Editora Bregantini, julho 2010.

POCHMANN, Marcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma** / Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

ROTHBRAD, Murray N. **O essencial Von Mises**. Rio de Janeiro: José Olympio: Instituto liberal, 1988.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Theotônio dos. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Revista Econômica** V.1 N. 1, 1999. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.1_N.1_Theotonio_dos_Santos.pdf> Acesso em 06 de fevereiro de 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: uma investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

SOTO, Jesús Huerta de. **A escola austríaca**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

SOUZA, Thais Godoy de; LARA, Ângela Mara de Barros. Os fundamentos teórico-metodológicos das escolas neoliberais do século XX: implicações nas políticas educacionais. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9. 2012, Rio Grande do Sul. **Anais...UCS-RS**. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/325/107>>. Acesso em 30 de julho de 2012.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares; OLIVEIRA, Manfredo de Araújo; (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012.